

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

ISCAL EST. 1759

**RENTABILIDADE BANCÁRIA: O
EFEITO DECISIVO DAS
COMISSÕES**

Diogo Manuel da Luz Gomes

Lisboa, dezembro de 2023

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

RENTABILIDADE BANCÁRIA: O EFEITO DECISIVO DAS COMISSÕES

Diogo Manuel da Luz Gomes

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do índice de Mestre em Gestão das Instituições Financeiras, realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Marina Alexandra Nunes Godinho Antunes, Subdiretora do Mestrado em controlo de Gestão e dos Negócios.

Constituição do Júri:

Presidente: Prof.^a Doutora Ana Maria Sotomayor

Arguente: Prof.^a Especialista Clara Margarida Simões Gariso

Vogal: Prof.^a Doutora Marina Alexandra Nunes Godinho Antunes

Declaro ser o autor desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido (no seu todo ou qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda, que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho a consciência de que o plágio – a utilização de elementos alheios sem referência ao seu autor – constitui uma grande falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

“The best investment you can make, is an investment in yourself...”

- Warren Buffett

Agradecimentos

A presente dissertação representa uma conquista pessoal, um sonho que estava por cumprir. O percurso académico foi bastante complexo com grandes oscilações a envolverem este ciclo. No entanto, o esforço compensou existindo uma grande evolução a nível pessoal e profissional.

Todo este trabalho só foi possível, pelo suporte e apoio de algumas pessoas. Entre elas um especial agradecimento a quem me acompanha diariamente na jornada da vida, Sónia Inês Henriques Vicente, que mais uma vez conseguiu ajudar muitas vezes diretamente ou indiretamente. Outro agradecimento é para os meus pais Maria Glória da Luz Gomes e Manuel Gregório dos Santos Gomes, a quem devo todo o meu percurso académico, pois sempre acreditaram que era concretizável, a eles devo todos os meus valores e a pessoa que sou hoje.

Tenho de agradecer à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Sobral de Monte Agraço, pelo suporte financeiro e em especial à Dra. Maria de Fátima Mota Mosca Xavier pelo apoio no percurso profissional e académico e pela inspiração que transmite a nível pessoal e profissional.

Por último, mas não menos importante, um grande agradecimento à Doutora Marina Alexandra Nunes Godinho Antunes, que apoiou sistematicamente a concretização deste estudo, acompanhando a ideia e conseguindo desbloquear fases mais complexas, orientando o melhor caminho.

Resumo

O presente trabalho está na origem de um dos temas mais abordados pelo meio envolvente transaccional dos bancos. Reconhecendo os últimos anos como um dos períodos mais complexos do setor bancário, tem existido uma grande transformação do *core business*, em que deixaram de ter apenas como fonte de rendimento a compra e venda de dinheiro. Desta forma, a investigação tem como objetivo central a rentabilidade do setor bancário enquadrando uma recente ideologia: as comissões.

A abordagem metodológica é iniciada por um enquadramento geral dos últimos anos do setor em Portugal, seguido de uma contextualização do seu posicionamento estratégico. Depois são descritos os vários indicadores e as suas variações de modo a incluir o risco. Posteriormente, os indicadores são calculados tendo por base várias rúbricas das demonstrações financeiras em cinco dos principais bancos a atuar em Portugal.

Para obter as conclusões da importância da margem complementar, os cálculos são efetuados com e sem comissões e é demonstrado que sem esta fonte de rendimentos existiria mais instituições a necessitar de reestruturações ou até dissoluções, transformando assim a ideologia negativa deste tema para positiva num contexto económico.

Por fim, a visão dos resultados, incluindo métricas de risco, permite minimizar oscilações de anos atípicos, apresentando resultados mais conservadores, e mais exemplificativos do intervalo de anos estudados.

Em suma, esta dissertação tem como finalidade apresentar um estudo da importância das comissões na sustentabilidade do setor financeiro.

Palavras-chave: bancos, comissões, rentabilidade, indicadores.

Abstract

The present work is at the origin of one of the most discussed topics in the banks' transactional environment. Recognizing the last few years as one of the most complex periods in the banking sector, there has been a major transformation of the core business, where buying and selling money is no longer the only source of income. The main objective of this research is to analyze the profitability of the banking sector by framing a recent ideology: commissions.

The methodological approach begins with a general overview of recent years in the sector in Portugal, followed by a contextualization of its strategic positioning. The various indicators and their variations are described in order to include risk. Subsequently, the indicators are calculated based on various items in the financial statements of five of the main banks operating in Portugal.

In order to draw conclusions about the importance of the complementary margin, calculations are made with and without commissions and it is shown that without this source of income there would be more institutions in need of restructuring or even dissolution, thus transforming the negative ideology of this issue into a positive one in an economic context.

Finally, the view of the results including risk metrics makes it possible to minimize fluctuations in atypical years, presenting more conservative results that are more exemplary of the range of years studied.

In short, this dissertation aims to present a study of the importance of commissions in the sustainability of the financial sector.

Keywords: banks, commissions, profitability, indicators.

Índice

<i>Índice de gráficos</i>	<i>XI</i>
<i>Índice de tabelas</i>	<i>XI</i>
<i>Lista de Siglas e Símbolos</i>	<i>XII</i>
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Enquadramento	1
1.2 Objetivos de Investigação	2
1.3 Justificação e Relevância do Estudo	4
2. REVISÃO DE LITERATURA	6
2.1 Situação Bancária Portuguesa	7
2.1.1 - Enquadramento estratégico	10
2.2 Margem Financeira e Margem Complementar	14
2.3 Risco	18
2.4 Criação de valor	23
2.5 Medidas para avaliar a rentabilidade e eficiência	26
3. MÉTODO E PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO	32
3.1 Amostra	32
3.2 Recolha de dados	32
3.3 Método de análise	33
4. ANÁLISE DE DADOS	35
4.1 Análise com comissões	35
4.2 Análise sem comissões	41
4.3 Análise das hipóteses	46
5. CONCLUSÕES	48
5.1 Principais conclusões da investigação	48
5.2 Limitações da Investigação	49
5.3 Sugestões para investigações futuras	50
<i>Referências Bibliográficas</i>	<i>51</i>

Índice de gráficos

Gráfico 2.1 - Decomposição do Resultado Líquido (EUR milhões).....	8
Gráfico 2.2 - Evolução Euribor	15
Gráfico 2.3 - Comissões líquidas dos 5 bancos em estudo	17
Gráfico 4.1 - ROA.....	35
Gráfico 4.2 - RAROA	36
Gráfico 4.3 - ROE	37
Gráfico 4.4 - RAROE.....	38
Gráfico 4.5 - Rácio de eficiência.....	39
Gráfico 4.6 - ROA sem comissões	41
Gráfico 4.7 - RAROA sem comissões	42
Gráfico 4.8 - ROE sem comissões	43
Gráfico 4.9 - RAROE sem comissões.....	44
Gráfico 4.10 - Rácio de eficiência sem comissões.....	45

Índice de tabelas

Tabela 2-1 Matriz SWOT.....	13
-----------------------------	----

Lista de Siglas e Símbolos

APB	– Associação Portuguesa de Bancos
BCE	– Banco Central Europeu
BCP	– Banco Comercial Português
BdP	– Banco de Portugal
BIS	– Bank for International Settlements
BPI	– Banco Português de Investimento
BST	– Banco Santander Totta
CCAM	– Caixa Crédito Agrícola Mútuo
CGD	– Caixa Geral de Depósitos
EBITDA	– <i>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i>
EUA	– Estados Unidos da América
EURIBOR	– <i>Euro Interbank Offered Rate</i>
FSB	– <i>Financial Stability Board</i>
MC	– Margem Complementar
MF	– Margem Financeira
NPL	– <i>Non-performing loans</i>
PB	– Produto Bancário
RAPM	– <i>Risk Adjusted performance measures</i>
RAROA	– <i>Risk Adjusted Return On Assets</i>
RAROE	– <i>Risk Adjusted Return On Equity</i>
RAT	– Retorno do Ativo
RCP	– Rendibilidade dos Capitais Próprios
RGICSF	– Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras
ROA	– <i>Return on Assets</i>
ROAA	– <i>Return on Average Assets</i>
ROAE	– <i>Return on Average Equity</i>
ROE	– <i>Return on Equity</i>

SICAM – Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo

SWOT – *Strength, weakness, opportunities, treats*

VAR – *Value at risk*

1. INTRODUÇÃO

1.1 Enquadramento

O setor financeiro tem presenciado no último século várias oscilações desfavoráveis à economia, tendo existido nas últimas décadas um aumento na frequência. Na sua ocorrência, as entidades envolvidas (as autoridades de supervisão, estado, instituições financeiras, instituições não financeiras...) têm efetuado todas as diligências, de modo a resolvê-las o mais rapidamente possível e ao menor custo tentando impedir a sua propagação (Abreu, Afonso, Escária e Ferreira, 2022). A resolução rápida destas crises, mantém a estabilidade económica, e desta forma, é possível que todos os agentes mantenham as suas funções, sem dificuldades.

Das entidades envolvidas do setor financeiro, temos como um dos principais elementos no desenvolvimento da economia as instituições de crédito. Estas, atuam como um dos principais agentes conduzindo as poupanças para os investimentos (Abreu *et al.*, 2022). Dada a elevada importância que este agente económico detém, é expectável que este mantenha as suas funções sem dificuldades, mesmo na iminência de uma crise financeira, pois é do interesse de todos os agentes a estabilidade da economia.

Devido à última grande crise do setor financeiro, a crise da dívida soberana europeia (2009-2012), o BCE implementou várias medidas. Uma delas com efeito na alavancagem do consumo, as descidas das taxas de juro. Segundo Macedo, Cassola e Lopes (2020, p. 49) “o Banco Central exerce uma influência indireta sobre a procura do crédito” pois tendo por base uma taxa de juro referência para todos os bancos consegue indiretamente aumentar ou diminuir o consumo. Desta forma, implementada a estratégia do Banco Central Europeu (BCE), os bancos foram obrigados a ajustar o seu modelo de negócio tendo em conta que, a principal fonte de rendimento são os juros cobrados pela “venda” de moeda, existindo assim uma alteração muito significativa da margem. Uma das estratégias utilizadas foi a adoção de comissões que antes não eram cobradas, ou detinham uma expressão muito reduzida, sendo implementadas em todos os serviços. Mas terá esta medida um impacto financeiro positivo? Será que a adoção desta medida irá colocar em risco o setor da forma como o conhecemos? Este setor atravessa inúmeros desafios, e para

os superar terá de passar por grandes transformações nos próximos anos (Macedo *et al.*, 2020), testando assim a viabilidade do negócio da forma tradicional.

1.2 Objetivos de Investigação

O estudo centra-se na análise da relevância que as comissões detêm na rentabilidade bancária, evidenciando as alterações a nível histórico, aprofundando a necessidade desta segunda fonte de rendimento para a estabilidade do setor financeiro. Desta forma, pretende-se responder à seguinte questão de investigação: Qual a influência das comissões na rentabilidade de cinco das maiores instituições de crédito a funcionar em Portugal?

De forma a delinear o estudo foram definidas quatro hipóteses que se pretende responder nas conclusões:

H1. Existe uma dependência por parte das instituições financeiras relativamente às comissões de forma que lhes permitam atingir rentabilidades positivas. O estudo centra-se nesta hipótese, pretendendo avaliar a sustentabilidade financeira das instituições selecionadas. De modo a comprovar a dependência das comissões líquidas, serão calculados os indicadores *return of assets* (ROA), *risk adjusted return of assets* (RAROA), *return on equity* (ROE), *risk adjusted return on equity* (RAROE) e caso estes apresentem um défice grande sem esta fonte de rendimento, será atestada a sua necessidade para atingir resultados positivos.

H2. O indicador RAROA associando a medida do risco, apresenta resultados mais aproximados à realidade minimizando os valores calculados do indicador ROA. Calculando este indicador ajustado ao risco, serão apresentados resultados mais modestos pois será possível minimizar *outliers*, ou seja, algum ano em que existiu algum valor fora do contexto da instituição será ajustado pelos outros anos.

H3. O indicador RAROE associando a medida do risco, apresenta resultados mais aproximados à realidade minimizando os valores calculados do indicador ROE. Com o apuramento deste indicador ajustados ao risco, será possível ajustar os valores que tem um comportamento atípico minimizando os valores na generalidade tal como a hipótese supra indicada.

H4. A margem financeira não é suficiente para fazer face aos gastos de estrutura das instituições financeiras.

Com o auxílio do rácio de eficiência será possível aferir o impacto dos gastos de estrutura face ao produto bancário das instituições de crédito e perceber se é suficiente cobrir os gastos no caso da inexistência da rentabilidade das comissões. Este indicador é um dos mais importantes do setor podendo contribuir para uma visão mais realista da situação económica da instituição.

De acordo com este desenho de investigação, os objetivos gerais e específicos deste trabalho são:

1. Objetivo Geral:

- Investigação da rentabilidade bancária, em Portugal, nos últimos doze anos através de cinco instituições com expressão nacional, Banco Português de Investimento (BPI), Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM), Caixa Geral de Depósitos (CGD), Millennium Banco Comercial Português (BCP) e Banco Santander Totta (BST), detendo vários tipos de quotas de mercado (e formatos de negócio divergentes). O estudo da rentabilidade baseia-se nas métricas selecionadas e é aferida a sustentabilidade do negócio sem uma das suas principais fontes de rendimento, as comissões.

2. Objetivos específicos

- Estudo das demonstrações financeiras das várias instituições, onde foram extraídos os dados necessários ao cálculo das métricas bem como, será analisado argumentos justificativos das rubricas em observação.
- Comparação dos resultados entre as instituições estudadas, de modo a avaliar se os resultados são homogéneos, pois cada instituição detém quotas de mercado específicas, envolvendo riscos diferentes e desenvolvendo formas de atuação distintas.
- Observação da relação das descidas das taxas de juro com o aumento das comissões. A remuneração do capital durante a maioria do período estudado é muito baixa existindo a necessidade de compreender se é compensada pelo aumento da rubrica de comissões.

- Análise do impacto das comissões na rentabilidade, aferindo a sustentabilidade do negócio sem esta fração do produto bancário, ou seja, estudar a possibilidade de o setor bancário não estar comprometido caso esta fonte de rendimentos não existisse.
- Comparação entre as métricas ajustadas ao risco com as métricas simples, analisando instituições e anos específicos, avaliando o seu contributo para este estudo no sentido de extrair uma informação mais credível num determinado período.

1.3 Justificação e Relevância do Estudo

A escolha do tema envolve instituições financeiras pois são um dos elementos mais importantes no sistema financeiro tendo como função principal, a captação de fundos excedentários nos diversos agentes (famílias, empresas, governo e resto do mundo) para a aplicação em outros agentes. Segundo Rodrigues, (2012, p.13) “sua função é remunerar (o melhor possível) as poupanças e fornecer o financiamento nas melhores condições, enquanto minimiza o risco”, mantendo uma economia saudável.

O estudo desenvolvido apresenta um caráter atual. Em primeiro lugar é um tema muito debatido pela opinião pública, seja, no descontentamento dos clientes pelo suporte destes custos, ou nas notícias de rentabilidade bancária apresentadas pelos media (Lusa, 2021). Em segundo lugar, expõe um fator decisivo para a continuidade do negócio e para a manutenção da estabilidade financeira. Atualmente, o preço dos serviços bancários são fatores decisivos na escolha, por parte dos clientes da instituição bancária, não revelando preocupação do motivo da sua imposição ou se o setor depende ou não destes valores para sobreviver. Neste momento, os clientes têm à sua disposição um comparador disponibilizado pelo Banco de Portugal (BdP), comparador de comissões segundo o artigo 11º do decreto-lei nº107/2017, que revela um aumento na preocupação com o tema e até, a uma procura de alternativas sem custos.

Durante a maioria dos anos estudados a remuneração do capital foi mínima, importa salientar que no setor financeiro foram implementadas outras formas de proveniência de fundos, entre elas as comissões impostas aos clientes pelos serviços prestados. Será que sem esta “nova” fonte de receitas, o setor se mantém sem alterações?

Por fim, sendo que as taxas de juro estão no sentido inverso, ou seja, a voltar a deter um peso substancial na rentabilidade bancária qual será o percurso desta rubrica? Irá manter-se com a mesma expressão?

Este estudo é inédito pois revela uma abordagem ao tema de uma forma distinta dos trabalhos e estudos já realizados, pois pretende determinar o peso de uma determinada fonte de rendimento de alguns dos principais bancos a laborar em Portugal e efetuar a sua ligação à sua rentabilidade global. Outro ponto de distinção dos estudos existentes é associar o risco no cálculo dos indicadores mais utilizados.

2. REVISÃO DE LITERATURA

O tema da rentabilidade bancária tem sido estudado nos últimos anos, analisando comparativamente instituições financeiras de muitos países (Dietrich e Wanzenried, 2014) ou por exemplo, apenas dentro da União Europeia (Petria, Capraru e Ihnatov, 2015). Em outros estudos são evidenciados alguns métodos estatísticos que estudam a rentabilidade associada a diversos fatores: crédito, *non-performing loans* (NPL's), coeficiente de solvabilidade ou fatores macroeconómicos (Horobet *et al.*, 2021). Mota *et al.*, (2019) estudaram a rentabilidade bancária dos maiores bancos portugueses evidenciando as suas determinantes, anteriormente Garcia *et al.*, (2016) apresentaram as determinantes internas e externas ainda relacionadas com as instituições bancárias portuguesas.

A abordagem realizada neste trabalho difere de toda a documentação consultada, para além de associar a rentabilidade diretamente às comissões, irá ser efetuado o ajustamento ao risco com o objetivo de apresentar a visão mais holística da rentabilidade das instituições de crédito apresentadas.

A revisão de literatura assenta numa nota introdutória da situação bancária portuguesa contextualizando o tema da rentabilidade bancária bem como, as suas ameaças e uma breve menção da posição estratégica do setor. Após o enquadramento da área em Portugal, seguem-se as definições do tipo de margens descrevendo cada uma delas e os rendimentos que englobam, depois é realizada uma abordagem ao risco onde será efetuada uma breve caracterização dos riscos do setor, a criação de valor na ótica das instituições financeiras sendo um dos elementos-chave de toda a gestão atual e, por fim, as medidas de rentabilidade onde serão apresentados os indicadores, descrevendo-os e apontando os pontos fortes e fracos.

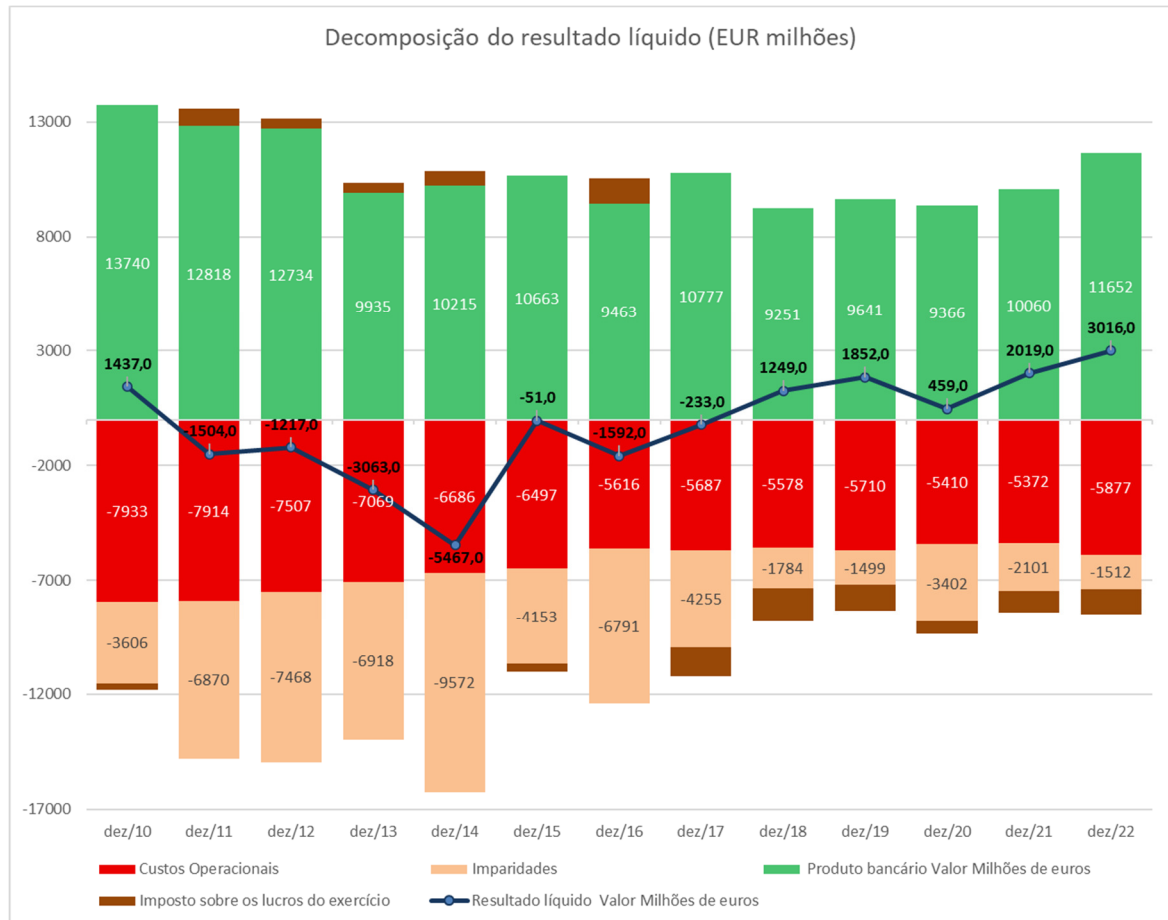
2.1 Situação Bancária Portuguesa

A situação bancária em Portugal encontra-se numa fase de recuperação, seguida das duas grandes crises: a crise global ou segunda grande depressão (2007-2009) e a crise da dívida soberana ou crise da dívida pública da Zona Euro (2009-2012) (Abreu *et al.*, 2022). A primeira desenvolveu-se nos Estados Unidos da América (EUA) e teve uma amplitude global originando a segunda crise que colocou em risco o sistema económico da zona Euro. Portugal foi um dos países mais afetados pela crise da dívida soberana em que as taxas da dívida portuguesa atingiram um máximo histórico superior a 10% e o período mais crítico foi entre 2010 e 2014. A intervenção do estado teve um papel crítico na minimização das consequências da crise e na sobrevivência da banca portuguesa (Macedo *et al.*, 2020).

Atualmente, apesar da crise pandémica e da guerra da Ucrânia, existe por parte das instituições financeiras e das entidades reguladoras uma ponderação maior. Desta forma, é expectável que o sector fique mais preparado e mais resiliente.

Para uma melhor perceção do setor em Portugal, é demonstrado no gráfico 2.1, de uma forma resumida, os gastos e rendimentos das 143 instituições de crédito a funcionar em Portugal (APB, 2023). Para a análise é necessário ter em conta a evolução do resultado líquido, os gastos operacionais e o produto bancário.

Gráfico 2.1 - Decomposição do Resultado Líquido (EUR milhões)



Adaptado: Banco de Portugal (2023)

Descrevendo o gráfico, é perceptível uma melhoria no resultado líquido consolidado dos bancos portugueses, aumentando desde 2010 até 2022 o que revela um sinal de recuperação. Outro dado a extrair do gráfico, são os custos operacionais que apresentam uma redução acentuada de 7.933 milhões de euros para 5.877 milhões de euros. Esta diminuição é instigada por uma redução nos balcões passando de 6.240 em 2010 para 3.530 em 2021 e também, pela redução dos colaboradores do setor existindo 56.844 em 2010 e 43.726 no final de 2021. APB (2023). Por fim, o produto bancário diminuiu de 13.740 milhões de euros para 11.652 milhões de euros o que está associado a uma quebra de rendimentos proporcionada pela descida da taxa de juro. A atividade bancária apesar de ter uma importância acrescida no desempenho do sistema financeiro é um negócio e como tal, um dos seus objetivos é gerar lucro (Abreu *et al.*, 2022).

Desta forma, se existir rentabilidade por parte deste agente económico o sistema bancário estará saudável e subsequentemente a economia.

O setor bancário ultrapassou as crises económicas e foi evoluindo criando estruturas grandes com vários departamentos como por exemplo, o controlo interno, a gestão de risco e a função conformidade, que foram estabelecidos maioritariamente para proteger o setor e a sua envolvente, conseguindo minimizar os danos das crises e até evitar alguns problemas mais drásticos. Todo este investimento, tem um peso avultado no resultado das instituições que já detinham a margem esmagada pelos juros baixos. Assim, existiu uma necessidade de criar ou rever as fontes de rendimento que permitissem a manutenção das estruturas.

Atualmente, as taxas de juro de referência (Euribor) estão numa ascensão acentuada de forma a combater o salto da inflação provocado pela guerra na Ucrânia. Este fator, poderá numa perspetiva, ser vantajoso para o setor pois irá incrementar a margem financeira, mas ainda assim, o risco de incumprimento e de crédito vencido poderá aumentar.

A área financeira está em constante mudança, ultrapassando desafios que surgem diariamente, em que uma fase de recuperação pode passar rapidamente para uma fase de desafios complexos. Com as últimas revoluções tecnológicas assiste-se a uma transformação do setor, transitando para outro período da banca, com novos concorrentes que oferecem alguns serviços equiparáveis a um custo inferior.

As empresas concorrentes do negócio bancário são consequência da digitalização e baseiam-se particularmente em três grupos de negócio bancário: o primeiro como uma alternativa aos meios de pagamento; o segundo como subscrição e gestão de investimentos e o terceiro, como concessão de créditos de uma forma mais rápida, desenvolvendo assim a desintermediação financeira.

Uma das maiores frações das novas concorrentes, são as “*FinTech*” que se têm expandido no mercado vertiginosamente, o conceito está associado a empresas que utilizam uma elevada tecnologia financeira tal como o nome indica *financial technology*. A definição segundo o relatório da Financial Stability Board (FSB), (2017) é a inovação nos serviços financeiros que dá origem a novos modelos de negócio, novas aplicações, processos ou produtos que afetem diretamente a prestação de serviços financeiros. Resumindo, são empresas que proporcionam ao cliente um serviço financeiro semelhante ao bancário com uma inovação tecnológica grande a um custo geralmente inferior, pois são empresas com hierarquias pequenas e com uma estrutura muito reduzida. Com a mudança constante das preferências dos consumidores, este tipo de empresas consegue satisfazer o tipo de cliente com interesse à inovação tecnológica

normalmente a custo inferior ao da banca tradicional. Existe ainda, outra facilidade no seu desenvolvimento: a ausência de regulamentação, pois não são obrigadas às normas que o sector bancário tem de cumprir. Segundo Restoy (2021 p.1):“the growth potential of fintech and big tech companies could be, in part, the consequence of lighter regulatory requirements compared with those for incumbent players such as commercial banks.”, o que demonstra a preocupação do Bank for International Settlements (BIS). Ainda outros autores abordam o tema da falta de regulação como por exemplo Mazzucato (2019 p. 190):

Uma regulação mais estreita das atividades que causaram o último crash incentivou os bancos a procurar formas de contornar os novos obstáculos, ao mesmo tempo que fazem lóbi para flexibilizar (excepto onde, por conveniência, deixam de fora novos concorrentes). Isso levou a que as menos reguladas «instituições financeiras não bancárias» ou «bancos-sombra» se expandissem onde os bancos eram obrigados a contrair.

A regulação e a supervisão bancária terão de proceder à criação de normas de modo a uniformizar o mercado, para existir uma normalização do sistema e uma concorrência justa. Por fim, é importante salientar que é uma área de negócios muito suscetível de fraudes onde as instituições de proteção do consumidor devem estar particularmente atentas (Macedo *et al.*, 2020).

2.1.1 - Enquadramento estratégico

Para enquadrar estrategicamente o setor bancário em Portugal face a nova concorrência foi criada uma matriz: *streghts, weakness, opportunities, treats* (SWOT) descrevendo as suas forças, fraquezas, as oportunidades e por fim, as ameaças. A análise SWOT é uma ferramenta que consegue expor rapidamente a posição estratégica de uma empresa (neste caso, uma abordagem ao sector face aos novos concorrentes) e basicamente, sistematiza as oportunidades e ameaças do ambiente externo e as forças e fraquezas do ambiente interno (Teixeira, 2020). Relativamente às forças, a banca tradicional ainda detém uma posição que dificilmente pode ser substituída pela nova concorrência de serviços equivalentes. É possível dividir as forças em três pontos: estruturas fortes e saudáveis, pois a capacidade de sobrevivência já foi testada inúmeras vezes; a vasta experiência e todo o seu *know-how* que ao longo dos anos permitiu a criação de mecanismos que foram evoluindo para a manutenção da solvabilidade e estabilidade do sistema

bancário e, por fim, a grande diversidade de produtos atualmente disponíveis nas maiores instituições financeiras ou seja, poderá sempre existir um *cross-selling* proporcionando ao cliente um melhor serviço. Por exemplo, se um cliente contratar um crédito automóvel pode eventualmente fazer o seguro automóvel.

As fraquezas prendem-se por dois grandes dilemas: as grandes estruturas e a gestão dos recursos. O primeiro ponto baseia-se nas estruturas que se transformaram e ampliaram em duas direções: as redes de balcões e os departamentos técnico, aumentando assim os custos drasticamente. A extensão da rede de balcões sucedeu-se entre 1990 (1991 balcões) e 2011 (6306 balcões) (APB,2023) em que as instituições financeiras adotaram estratégias de expansão e o meio de contacto era exclusivamente pessoal, desta forma mais espaços físicos retratava um aumento de carteira de clientes. Os departamentos técnicos ampliaram-se, pois, foram criadas ou aumentadas áreas técnicas seja pelo avanço tecnológico ou pelas imposições legais (aviso nº 5/2008 revogado pelo aviso 3/2020). O aumento das estruturas não teve impacto só a nível económico como também afetou as relações comerciais relativamente aos créditos concedidos, pois em estruturas pequenas, as decisões de crédito podem ser mais céleres, existem poucos departamentos e existe uma centralização de funções. Por sua vez, em estruturas grandes, as decisões passam por diversos departamentos que introduzem vários pareceres o que dificulta a rapidez das deliberações. O segundo ponto, envolve afetação ineficiente dos recursos que, segundo Ribeiro e Tavares (2021) é um dos fatores responsáveis pelo decréscimo da rendibilidade. Apesar do avanço tecnológico, existem lacunas da gestão eficiente de recursos, seja pela fonte de capital ou pelo capital humano sendo que, este problema está associado à segunda fraqueza pois a redução das estruturas torna os bancos mais eficientes e produtivos.

As oportunidades passam por dois elementos: as parcerias com as *fintech* ou, se possível, a sua aquisição de modo a transferir o seu conhecimento absorvendo as suas vantagens competitivas e o atendimento personalizado. Este elemento é desenvolvido por colaboradores envolvendo a proximidade ao cliente, desta forma permite uma análise de operações mais individual, tendo em conta, não só os dados numéricos, mas toda a envolvente do cliente e da operação (no caso de financiamentos a empresas tem sempre de ser uma análise mais específica). Com o atendimento personalizado é possível um aumento da quota de mercado, marcando pela diferença.

As ameaças começam agora a ter uma expressão maior, seja pelo aumento da regulamentação, pela opinião pública do setor cada vez mais degradada, pelas novas empresas concorrentes ou por fim, os normais riscos associados ao sector (risco de crédito e risco de contraparte; risco

residual; risco de concentração; risco de titularização; risco de mercado; risco de taxa de juro; risco operacional; risco de liquidez; risco de alavancagem excessiva). Como já descrito anteriormente, uma das ameaças são os novos concorrentes em especial as *fintech* conseguindo ganhar cada vez mais quota de mercado e apresentando uma nova abordagem com novas tecnologias. Outra ameaça são todas as regulamentações impostas a nível do BCE e do BdP com diretrizes atualizadas rapidamente em que é necessário um acompanhamento quotidiano. Por fim, a opinião pública tem vindo a degradar-se devido principalmente aos últimos acontecimentos, como por exemplo, o caso do Banco Espírito Santo (BES) ou outras instituições bancárias portuguesas. Para solucionar os problemas de gestão danosa, foi necessária uma participação ativa do estado, pois foi colocada em causa a sustentabilidade do setor financeiro. Todo este envolvimento conduziu assim, a uma desacreditação no setor bem como, das variadas instituições. Existe ainda outro fator que implica diretamente com a opinião pública e que será o tema abordado mais especificamente neste trabalho: as comissões. Este emolumento não estava associado ao setor, ou seja, os clientes das instituições bancárias utilizavam um serviço sem custos, onde quem detinha capital apenas recebia juros e quem necessitava de capital apenas pagava os juros. Quando começou a ser implementado pela maioria das instituições, existiu um desagrado geral nos clientes procurando alternativas sem custos.

A tabela 2.1 resume as ideias chave da matriz SWOT, apresentando por tópicos os quatro fatores decisivos no planeamento estratégico:

Tabela 2-1 - Matriz SWOT

SWOT	
<i>Strengths (Forças)</i>	<i>Weaknesses (Fraquezas)</i>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estruturas fortes ▪ Diversidade de produtos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estruturas dispendiosas ▪ Afetação ineficiente dos recursos
<i>Opportunities (Oportunidades)</i>	<i>Threats (Ameaças)</i>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parcerias com <i>Fintech</i> ▪ Atendimento personalizado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da regulamentação ▪ Opinião pública negativa ▪ Novos concorrentes

Fonte: Elaboração própria

Atualmente este é o desafio do sector bancário: converter as fraquezas ou os pontos fracos em forças e as ameaças em oportunidades, confrontando assim o que o setor sabe fazer com o que pode ser feito melhorando o seu desempenho (Teixeira, 2020).

Em Portugal existem 143 instituições de crédito divididas por 61 bancos, 79 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) e 3 Caixas Económicas (APB, 2023). No presente trabalho, vão ser estudadas cinco destas instituições financeiras em funcionamento em Portugal, em que abrangem grande parte do universo de clientes e a sua seleção tem por base a recente subida de *rating*: Caixa Geral de Depósitos (CGD); Banco Comercial Português (BCP); Banco Santander Totta (BST); Banco Português de Investimento (BPI) e Caixa Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) (Moody's, 2021). Os resultados podem não ser uniformes entre instituições pois diferem em dimensão, tipologia, estrutura, fonte de financiamento (interna ou externa) e inclusive no mercado alvo.

2.2 Margem Financeira e Margem Complementar

A rentabilidade bancária pode-se determinar como sinónimo pelo produto bancário. Este, divide-se em duas margens: a margem financeira como afirma Caiado, (2019 p. 544) “corresponde à diferença entre os juros e rendimentos similares obtidos e encargos similares dos fundos obtidos” ou seja, a diferença do custo de capital para a instituição e o proveito obtido na concessão desse capital e a margem complementar que é determinada por todos os outros proveitos incluindo as comissões. Caiado (2019, pág. 551-552), descreve a margem complementar como:

A margem complementar resulta do somatório algébrico das seguintes contas: Rendimentos de instrumentos de capital; Rendimentos de serviços e comissões; Encargos com serviços e comissões; Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados; Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda; Resultados de reavaliação cambial; Resultados de alienação de outros ativos; Outros resultados de exploração.

Assim sendo, conseguimos apurar uma fórmula resumo das duas margens:

$$PB=MF+MC \text{ (2.1)}$$

Esta fórmula 2.1 representa o cálculo do produto bancário. Este resulta da soma da margem financeira e da margem complementar.

Existe ainda um termo associado às margens e ao respetivo produto bancário: a margem financeira alargada onde inclui os rendimentos de instrumentos de capital (Lopes, 2020).

A margem financeira é a principal fonte de rentabilidade do setor bancário e assume essa importância devido à sua natureza como agente económico na dinamização da economia. Enquanto as taxas de juros tiveram valores significativos, foi possível manter a margem determinando as taxas de juro das operações de crédito (aplicação de recursos) subtraindo a taxa de juro dos depósitos ou financiamento externo (captação de recursos), mais os custos similares. Ao longo dos últimos anos até 2022, existiu uma tendência de aproximação das taxas dos recursos próximas de 0, ou até de valores negativos, traduzindo-se num excesso de recursos e

desta forma, as operações de financiamento tornaram-se mais económicas o que proporcionou uma alavancagem ao consumo. Apesar do aumento das operações as taxas mínimas praticadas originaram uma contração da margem financeira. Essa carência no produto bancário dificultou a gestão financeira de modo a cobrir os encargos de pessoal, os encargos administrativos, as provisões e imparidades, os impostos, as constituições de reservas. Como estratégia auxiliar é necessário um aumento da margem complementar para suportar os gastos.

Gráfico 2.2 - Evolução Euribor entre janeiro de 2010 e junho de 2023



Fonte: Euribor Rates (2023)

Com a nova subida instantânea das taxas de juro, poderá existir um incremento da margem financeira, e possivelmente uma descida ainda mais acentuada de novas operações.

A margem complementar tem aumentado o seu peso no produto bancário, o que define uma procura de novas formas de rendimento. Segundo Mota (2019 p. 84) “A diversificação dos serviços bancários permite que os bancos possam oferecer uma gama de serviços mais ampla e obter novas fontes de rendimentos que compensem o declínio da margem financeira”. Todos esses novos serviços apresentaram um valor superior na rubrica da margem complementar e

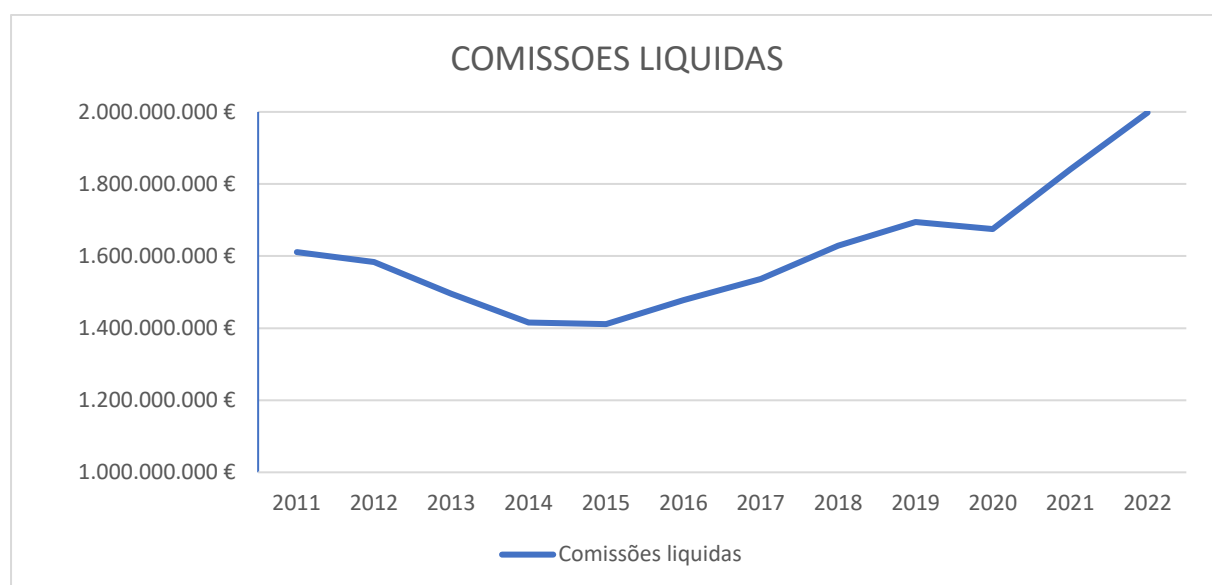
possivelmente, serviram de resposta numa fase mais complexa do setor. Este trabalho será direcionado para a margem complementar, mais especificamente as comissões líquidas.

A margem complementar é o resumo de todas as comissões que as instituições financeiras recebem pelos serviços prestados ao cliente. Neste ponto, enquadram-se comissões de serviços prestados, comissões de garantias e a rentabilidade da comercialização de seguros, pois as instituições em estudo recebem uma comissão pela colocação e comercialização de seguros (sendo ou não empresas do mesmo grupo, o processamento é equivalente).

Um dos principais elementos da margem complementar são as comissões dos serviços prestados. Esta fonte de rendimento representa uma prestação de serviço que é imputado ao cliente. Como exemplo, temos a comissão de manutenção de conta, as anuidades dos cartões de débito e crédito, as comissões de transferência de valores, as comissões das operações de crédito entre outras. A comissão de manutenção de conta foi criada de modo a rentabilizar um dos serviços mais comuns e é justificável pois, para uma determinada conta estar aberta, existem por exemplo os gastos de pessoal, que procedem ao tratamento de toda a burocracia de atualização de dados, os departamentos de segurança, ou a gestão *online* do serviço. As anuidades dos cartões justificam-se não só pelo custo de produção, mas também pelas equipas que tornam o seu processo de utilização fácil, com o menor risco possível, pois caso exista uma operação fraudulenta os recursos dos clientes sejam salvaguardados. As comissões na transferência de valores fazem com que seja possível transacionar grandes quantidades de meios financeiros em apenas minutos ou segundos, todos estes elementos proporcionam ao cliente uma facilidade e até comodidade na utilização da sua conta bancária. No caso das comissões aplicadas num contrato de crédito e mais especificamente as comissões de um crédito habitação, dependendo da instituição de crédito, poderia existir a comissão de abertura de processo, a comissão de estudo e análise, a comissão de avaliação do imóvel entre outras (alterado para apenas uma única comissão de acordo com a lei 24/2023). Todos estes custos, têm de ser informados ao cliente, mas normalmente na simulação já detém essa informação. Em relação à conta, existe uma instrução do Banco de Portugal (11/2018) onde apresentam a lista dos serviços mais representativos associados a contas de pagamento. Esta lista foi criada de modo a ser mais fácil comparar as instituições e constam na mesma, as comissões de manutenção de conta, de levantamento de numerário, a disponibilização de cartões, as requisições de cheques, os adiantamentos de numerário a crédito e as comissões de transferências. Por último, as instituições são obrigadas a enviar ao BdP os novos preçários, cinco dias úteis antes da sua implementação (nº8.2 Instrução nº19/2018).

De modo a comprovar o aumento da margem complementar, é apresentado no gráfico 2.3 a soma das comissões líquidas das instituições estudadas, revelando que em 2011 já existia uma grande dependência desta fonte de rendimento.

Gráfico 2.3 - Comissões líquidas dos 5 bancos em estudo (2011 a 2022)



Fonte: Elaboração própria

Conforme o gráfico 2.3, é comprovada uma ligeira quebra em 2014, associada também à grande redução do ativo, mais especificamente uma diminuição grande na rubrica de empréstimos concedidos o que indiretamente, conduz a uma redução de parte das comissões associadas a todo este processo.

Este gráfico revela um comportamento antagónico ao gráfico 2.2, apesar de não ser uma relação direta, as comissões líquidas aumentam e a taxa de juro desce.

O ano de 2022 torna-se uma surpresa nesta rubrica pois era expectável uma manutenção ou até uma quebra. No entanto, sendo que este ano ainda foi de transição, a margem financeira apenas aumentou significativamente nos últimos meses do ano.

No ano de 2023, a margem complementar vai provavelmente deter um impacto bem inferior nos resultados, pois no dia 30 de maio de 2023 entrou em vigor a lei nº 24/2023 que pretende

eliminar e limitar alguns tipos de comissões. Esta decisão por parte do governo segue depois da maioria das instituições financeiras apresentarem os resultados do ano de 2022. No geral, são superiores a 2021 devido sobretudo ao incremento da margem financeira.

Com a publicação desta lei, as instituições financeiras são impedidas de cobrar por fotocópias de documentos ou pedidos de segunda via de extratos ou outros documentos (artigo nº3º-D). Foi regulado o limite do valor a cobrar pelos processos de habilitação de herdeiros (artigo nº3º-B), bem como algumas situações de alterações de conta, em que as instituições não podem aplicar qualquer custo (artigo nº3º-C). Um dos pontos que criava mais atrito com os clientes, é o depósito de moedas. A maioria das instituições financeiras detinham comissões por vezes superiores ao valor depositado, pois o preçário era fixado por quantidade de moedas, e se fossem de valores pequenos não atingiam o valor da comissão. A comissão de contagem de moedas começou a ser imposta pois os custos de contagem e transporte passaram a ter um grande impacto e para conseguir manter o serviço, foi imputado ao cliente o custo do processo, mas sem ser equitativo. A lei nº24/2023 soluciona esta dificuldade determinando um limite de 2% do valor do montante da operação (artigo 3º-D), desta forma caso a entrega das moedas por parte dos clientes seja de valores reduzidos será imposto a uma taxa justa. De todas as alterações impostas pela lei, importa também salientar a restrição de apenas uma comissão na contratação do crédito a habitação (Artigo nº28-A), substituindo os vários tipos de comissão existentes (abertura de processo, estudo e montagem, formalização).

No geral, esta lei limita parte do rendimento obtido pelas comissões, mas tem um impacto positivo nos clientes pois diminui alguns dos custos.

Outro motivo que poderá a longo prazo tornar-se em outra redução da margem financeira, será pela conta de serviços mínimos bancários. Esta tipologia de conta limita ao cliente apenas deter uma só conta bancária e a instituição apenas pode cobrar 1% do indexante dos apoios sociais (DL n.º 107/2017), sendo em 2024 o valor anual é de 5.09€. Com este valor, o cliente poderá ter acesso a uma conta bancária, cartão de débito, débitos diretos, levantamentos ao balcão, transferências (limitada a 24/ano interbancárias) e meios de movimentação *online*. Esta tipologia de conta está a crescer no sistema bancário português subindo, face a 2021, 25% conforme documento do BdP onde apresenta a evolução.

2.3 Risco

O risco está presente na maioria dos setores, pois existem incertezas em relação ao futuro, segundo Abreu (2022 p. 61) “o conceito de risco remete-nos para a variação de resultados de

acontecimentos futuros que nunca serão totalmente certos.” Desta forma, é expectável para uma boa gestão, a ponderação dos riscos associados minimizando a exposição ou a sua probabilidade de ocorrência.

As instituições financeiras têm relacionados inúmeros riscos, sendo possível afirmar que a sua atividade depende diretamente da gestão de riscos. Tal como afirma Saita (2007 p.1) “*Managing risks has always been at the heart of any bank’s activity.*”, desta forma é um setor bastante exposto às perturbações do mercado pois interage com todos os agentes. No caso de um deles passar por períodos mais difíceis, será replicado no setor financeiro. Como exemplo, temos a crise da dívida soberana, em que alguns países atravessaram um período de dificuldades, aumentando bastante o custo da dívida o que levou a um contágio, influenciando todo o setor financeiro europeu desenvolvendo assim, o risco sistémico.

O risco e a forma da sua gestão tornam-se elementos fundamentais do sucesso atual do setor financeiro. Segundo González (2015 p.p 271) “a diferença entre obter um lucro ou uma perda pode estar na gestão prudente e eficaz dos riscos.” o que torna uma dificuldade acrescida devido às várias alterações do mercado financeiro e por todos os envolvidos que não são possíveis de controlar.

Os riscos envolvem todas as atividades bancárias, e o próprio funcionamento das instituições financeiras, desde a gestão da principal atividade bancária, a concessão de crédito até à gestão de investimentos. Como exemplo, só na concessão de crédito os riscos envolventes são inúmeros: o risco na concessão (avaliação de solvabilidade, análise de risco operação), o risco das maturidades, o risco de liquidez, o risco de mercado (existindo alterações que podem desfavorecer a instituição), o risco da operação, que pode deter algumas falhas na contratação e a principal dúvida nos créditos concedidos, a possibilidade de entrarem em incumprimento.

O Regime Geral Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) retrata os riscos associados a este setor: risco de crédito e risco de contraparte (artigo nº115º-N); risco residual (artigo nº 115º-O); risco de concentração (artigo nº 115º-P); risco de titularização (artigo nº115º-Q); risco de mercado (artigo nº115º-R); risco de taxa de juro resultante de atividades não incluídas na carteira de negociação (artigo nº115º-S); risco operacional (artigo nº115º-T); risco de liquidez (artigo nº115º-U); risco de alavancagem excessiva (artigo nº115º-V).

Todos os riscos revelam algumas ligações entre si, podendo uma ocorrência negativa afetar vários tipos de risco.

O risco de crédito entende-se como o risco do mutuário de um empréstimo entrar em incumprimento, ou seja, não cumprir os pagamentos que foram estipulados no contrato de

crédito e as deteriorações da qualidade das carteiras de crédito. Segundo Bessis (2015 pp. 3) “*Credit risk is the risk of losses due to borrowers’ default or deterioration of credit standing*”. As instituições financeiras para minimizarem estes acontecimentos estudam a probabilidade das ocorrências, avaliando da melhor forma a capacidade de pagamento do mutuário e gerindo as garantias.

O risco de contraparte está associado ao risco de crédito pois envolve o incumprimento da outra parte envolvida num negócio financeiro excluindo os contratos de créditos, como por exemplo os derivados (contratos de futuros, *swaps*, etc.). Para mitigar este risco, são utilizados limites de exposição, as contas margem e por exemplo o *hedging* (minimização do impacto das flutuações de preços negativos, através de outros contratos de *swaps*, contratos de futuros e opções).

O risco residual é o risco que permanece depois da adoção das estratégias de gestão para a mitigação de risco. São as incertezas que não podem ser eliminadas, ou eventos que sucedam completamente imprevisíveis.

O risco de concentração é um dos elementos que pode originar mais perdas numa instituição financeira, está regulado pelo Banco de Portugal através da instrução nº5/2011. Este tipo de risco está relacionado com os outros riscos e desenvolve-se através das exposições, seja por grupos de clientes relacionados, a não diversificação das carteiras de investimentos, a concentração crédito, entre outros. A concentração de crédito pode conter ainda várias concentrações, seja pelas tipologias dos créditos concedidos (por exemplo 80% dos créditos concedidos são crédito à habitação pois caso haja uma crise imobiliária a instituição financeira estará mais exposta ao risco), de grupo de clientes, de zona geográfica ou do setor económico. Para suprimir este risco, devem ser criadas medidas para identificar e avaliar as várias exposições bem como adequar limites tendo em conta o perfil de risco de cada instituição (nº9 II instrução nº5/2011) e ainda é necessário enviar um reporte ao BdP detalhando todo o processo (VII Instrução nº5/2011).

O risco de titularização, tal como o risco de concentração, envolve vários riscos subjacentes, pois trata-se de uma operação de transformar um ativo num título negociável, o que envolve risco desde a origem (caso seja de uma carteira de crédito, o risco de crédito), o risco na retenção dos ativos caso exista uma deterioração dos mesmos até à venda (risco de liquidez). Ainda é necessário salientar que, as instituições financeiras estão sujeitas a várias regulamentações que controlam este tipo de emissões (Decreto-lei nº 453/99 com republicação pela Lei nº 69/2019 e alterações introduzidas no DL nº 144/2019 e pela Lei nº 25/2020).

O risco de mercado é como o nome indica, o risco de ocorrência de situações adversas que contribuam para uma deterioração da posição da instituição financeira. Normalmente é associado a outros tipos de risco, pois os maiores fatores que influenciam este risco são as taxas de juros, taxas de câmbio e os índices de ações (Bessis, 2015). Para ultrapassar este risco, são utilizadas várias técnicas entre elas a diversificação das carteiras, *hedging*, as análises de sensibilidade e limitar a exposição a mercados com maior volatilidade.

O risco da taxa de juro é a diminuição das receitas provenientes das taxas de juros, é o risco que as instituições financeiras atravessaram no período de 2016 a 2022 em que existiu taxas negativas impostas pelo BCE de modo a incrementar o investimento, mas ao mesmo tempo, colocou diversas instituições com dificuldades pois a margem financeira foi comprimida. A forma de minimizar este risco é a criação de outras fontes de rendimento de modo a compensar esta redução de receitas.

O risco operacional é o risco associado às falhas de sistemas ou humanas que comprometam as operações desenvolvidas na instituição ou seja, são erros que possam colocar em causa as atividades do serviço prestado. Como por exemplo, um erro na programação do *software* que não calcule os juros de forma correta, uma fraude efetuada por um colaborador ou um erro de processo. Para mitigar este risco, é necessário implementar medidas de controlo interno, formações para os colaboradores e protocolos de segurança.

O risco de liquidez é a incapacidade de as instituições cumprirem com as suas obrigações, devido à indisponibilidade de transformar os ativos em fundos líquidos, ou seja, é o risco de não conseguir converter em dinheiro esses respetivos ativos. Este problema pode existir de várias formas: dificuldade na negociação de ativos, custos de financiamento elevados ou impedimento no seu acesso. O financiamento das instituições de crédito é na sua maioria depósitos de clientes com maturidades de curto prazo ou até sem prazo e os ativos tendencialmente detêm maturidades maiores, o que pode gerar um risco acrescido pois envolve muitos fatores inesperados. A imprevisibilidade dos clientes é um dos fatores mais complexos pois podem na generalidade, extrair os seus fundos em qualquer momento e caso sejam muitos clientes ou valores consideráveis, comprometem a liquidez da instituição. Este risco, apresentou um carácter sistémico grande, provocando danos na economia mundial devido à crise de 2008. Para minimizar os danos, podem ser adotadas estratégias de gestão de ativo e com o acordo Basileia III tornou-se um dos critérios a cumprir pelas instituições de crédito.

O risco de alavancagem excessiva é quando as instituições financeiras recorrem a financiamento (de várias formas) para aumentar o seu ativo de forma desmedida, comparativamente aos fundos próprios. A alavancagem é uma forma de potenciar o retorno dos investimentos, da mesma forma que amplifica o risco, pois na eventualidade de o mercado ser desvantajoso (na dificuldade da liquidez ou do risco de crédito concedido), a perda é superior consumindo os fundos próprios. Em suma, as instituições financeiras devem controlar a alavancagem de modo a suportar possíveis perdas ou diminuições do valor do ativo. Para mitigar este risco, tal como o risco de liquidez, as instituições financeiras foram obrigadas a cumprir o rácio de alavancagem financeira definido no Basileia III que limita a alavancagem face aos fundos próprios.

Para as instituições financeiras adotarem a melhor estratégia de gestão de risco, é necessário executar quatro processos: medir o risco, controlar o risco, medir o desempenho ajustado ao risco e, por fim, alocar o capital ao risco. O primeiro processo consiste na quantificação do risco total que a instituição está sujeita e qual o capital que está em risco. O segundo processo é o controlo do risco e envolve todos os processos de monitorização criando limites. O terceiro processo envolve as medidas de desempenho do retorno do risco, ou seja, tem por base a avaliação das estratégias implementadas e calcular o retorno que a instituição obteve mediante o risco. O quarto, e último processo, é a alocação do capital ao risco, mediante os resultados no terceiro processo, ou seja, é a preparação do valor do capital que as instituições dispõem para fazer face a determinados riscos.

Para a implementação dos processos acima descritos, é necessário quantificar o risco da forma mais aproximada possível. Assim, os indicadores auxiliares de gestão têm evoluído para conseguir atribuir uma visão mais real das empresas de modo geral, criando ou adaptando várias medidas para quantificar o risco e tentar minimizar a probabilidade de ocorrência de uma perda. Uma das técnicas para tentar quantificar o risco é através do cálculo do desvio-padrão, pois com este processo é possível obter a dispersão dos dados concluindo que quanto menor for o desvio a média é mais representativa. O desvio-padrão consegue medir a volatilidade das rendibilidades tornando-se numa das melhores formas para analisar dados históricos ou com os dados históricos prever dados futuros de uma forma acessível podendo os investigadores encontrarem e criarem vários modelos de volatilidade.

Atualmente, a evolução do cálculo do risco tem convergido pela adição deste fator nas métricas já existentes denominando-se medidas de desempenho ajustadas ao risco (*Risk adjusted performance measures*, RAPM). O objetivo é melhorar os indicadores conhecidos associando o fator risco. Borroni e Rossi (2019 p.36) demonstram que é necessário fazer uma ligação entre

o desempenho financeiro e os riscos suportados, “*providing a clearer view of the link between positive financial performance and risks borne to achieve this result.*” pois quanto melhor a ligação, melhor os resultados alcançados.

Outra forma de quantificar o risco é pelo cálculo do máximo da perda esperada, ou seja, ponderando o pior cenário possível qual é o valor máximo que é aceitável perder. Esta ideologia é denominada *value at risk* (VAR) e segundo Abreu (2022 p.67) a sua definição geral é “a pior perda possível num determinado período de tempo e com dada probabilidade.”. O VAR é um indicador muito utilizado nas instituições financeiras, pois a sua implementação é vasta, desde a aplicação nas carteiras de investimento, ou até no crédito concedido para ponderar o risco e a deterioração da qualidade das carteiras de crédito. Tornou-se mais utilizada a partir de 1996 de modo a corrigir uma lacuna do Basileia I, pois não incluía o risco de mercado, e o VAR colmatava esta carência. Esta metodologia funcionará apenas em situações normais de mercado, pois caso exista uma crise financeira irá alterar o valor da volatilidade o que poderá apresentar resultados inadequados (Caiado, 2019).

A supervisão bancária também tem estabelecido alguns indicadores a cumprir de modo a evitar constrangimentos no setor financeiro, seja de capital mínimo, rácio de transformação entre outros.

As instituições financeiras de modo a tornarem-se mais resilientes e depois da implementação do Basileia II, aumentaram a sua estrutura criando departamentos específicos nesta área, sendo uma das funções especiais, a função de gestor de risco. Esta função deve estar sincronizada com a administração de modo a implementarem estratégias de tolerância ao risco, e de *pricing*. A responsabilidade desta função é de garantir que os riscos sejam identificados, avaliados e reportados contribuindo para a criação de valor sustentável, evitando acontecimentos que possam desfavorecer a continuidade e rentabilidade do negócio.

2.4 Criação de valor

Atualmente as empresas, seja no setor financeiro ou em outro setor, não são comparadas apenas por indicadores que apresentam variações de *performance* financeira, existe outro conceito que deve ser a base de todas as decisões empresariais. As decisões tomadas pelas empresas devem deter uma preocupação associada ao valor que desenvolvem de modo a extrair os maiores benefícios sendo assim, possível incluir o conceito de criação de valor. Com este novo paradigma, a gestão deixou a preocupação exclusiva da obtenção de maiores resultados para uma preocupação na maximização do valor da empresa para o acionista e os restantes

stakeholders, contribuindo para a criação de valor sustentável. Segundo Farinha (2021 p.20) “um objetivo de criação de valor a longo prazo e suficientemente sustentável que possa posteriormente ser repartido de forma adequada e justa por todos os *stakeholders* relevantes de uma organização”, pois os resultados a curto prazo já não são o motivo pelo qual os acionistas e *stakeholders* desenvolvem interesse pela instituição.

As instituições possuem vários elementos que as distinguem pela criação de valor, seja pelos recursos que dispõem, pela valorização dos colaboradores, pela inovação ou pela transparência. Os recursos são importantes pois podem ser transversais a todas as instituições do setor, no entanto, a forma como estes são utilizados para atingir uma maximização da criação de valor é o ponto chave para destacar a instituição. A valorização dos colaboradores é essencial pois na área financeira e mais especificamente nas instituições financeiras, em que existe uma similaridade entre recursos e serviços prestados, as pessoas é que podem fazer a diferença. A inovação é umas das principais características na escolha das empresas pelos *stakeholders* pois demonstra se a empresa está a acompanhar as tendências ou até a criar tendências e desta forma, surpreender o mercado. A transparência é uma característica fundamental no setor financeiro principalmente depois de vários acontecimentos, entre eles a resolução de um banco, que originou uma descredibilização do setor.

Segundo Mazzucato (2019 pp. 32) a criação de valor é “como os diferentes tipo de recursos (humanos, físicos e intangíveis) são providenciados e interagem para produzir novos bens e serviços.” A instituição que melhor faça a gestão dos seus recursos: económicos, humanos e até do conhecimento será mais competitiva, o que a conduzirá a melhores resultados.

A criação de valor não se resume apenas a decisões tomadas pelos órgãos de gestão, também deve ser destacado que o valor extraído de cada empresa depende de todos os que contribuem para o processo do serviço/produto. Como explica Ferreira, (2017 pp.23) “A criação de valor e de riqueza constitui um dos objectivos primordiais na gestão de qualquer empresa, e deve ser preocupação dos seus principais responsáveis e dos outros trabalhadores, qualquer que seja o nível hierárquico em que se situem e as tarefas que desempenhem.”. Dentro da organização todo o capital humano influencia a criação de valor.

Para a implementação deste tipo de gestão existem três categorias onde os gestores podem conduzir a estratégia: pelo crescimento ou expansão, por ganhos de eficiência e reestruturações (Ferreira, 2017). Pelo crescimento ou expansão pode existir a adição de valor a nível interno, seja a criação de departamentos novos ou a evolução dos existentes, a nível externo, pela aquisição de outras empresas ou partes destas, e mesmo pela expansão para outros mercados.

Neste setor, poderá ser necessário a curto ou médio prazo a aquisição de novas empresas para obter o seu *know-how* conforme descrito na análise *SWOT*. Os ganhos de eficiência são das estratégias mais utilizadas para a criação de valor, pois tendencialmente não envolvem investimentos ou desinvestimentos grandes e caracteriza-se por melhorar a eficiência reduzindo os recursos, resumidamente colocar em prática o conceito de sinergia, isto é, existir uma cooperação e coesão adicional para a aproximação de um objetivo comum. Segundo Ferreira (2017 pp.529), o conceito de sinergia tem a seguinte definição “conjunto de actividades, negócios ou empresas, quando exploradas ou geridas em conjunto, apresentam um valor superior ao da soma de cada uma delas isoladamente consideradas”, tornando-se num conceito muito importante da estratégia empresarial. Esta categoria associada ao setor bancário pode influenciar toda a estrutura, desde os colaboradores na dinamização da sua função diminuindo o tempo de conclusão ou diminuindo os recursos utilizados, até por exemplo, tornando eficientes os balcões agilizando o tipo de atendimento (caixa; atendimento personalizado). A última categoria e mais utilizada no setor em estudo são as reestruturações, pois os custos de estrutura elevados e a inovação tecnológica transformaram a forma como os clientes utilizam os serviços sendo por vezes, necessária a redução da dimensão sendo uma das formas de criar valor.

Sendo as reestruturações um dos temas mais importantes das duas últimas décadas do setor financeiro, é necessário salientar que existem vários tipos de reestruturações que podem influenciar desde as operações processuais até a situações mais profundas que envolvam recapitalizações. As reestruturações podem ser financeiras, organizacionais, estratégicas e operacionais (Ferreira, 2017). A reestruturação financeira ocorre quando existem alterações do capital da empresa, seja por necessidade de reforço de capital ou emissões de dívida para a sua recapitalização. A reestruturação organizacional são reformas da estrutura que podem envolver processos de corte em divisões como por exemplo, a redução de balcões ou alteração da estrutura hierárquica. A reestruturação estratégica envolve a mudança na direção do negócio, ou seja, direcionando os recursos para ampliar parte do negócio, por exemplo, nas instituições financeiras pode ser aplicado na área seguradora. Por fim, a reestruturação operacional tal como o nome indica enfatiza as operações e baseia-se no seu melhoramento, minimizando os recursos utilizados para a maximização dos *outputs*. Este processo pode envolver investimento na formação dos colaboradores ou investimento nos instrumentos utilizados por estes, no desempenho da tarefa.

A gestão do ponto anterior (gestão de riscos), está diretamente relacionada com a criação de valor, pois é necessário implementar uma gestão de valor eficiente que faça uma boa adequação dos riscos para proporcionar a continuidade do negócio. Sendo cada vez mais difícil prever os acontecimentos futuros que envolvem riscos, é necessária uma posição proactiva que permita uma defesa antecipada. Esta gestão deve reconhecer a alocação de forma mais correta dos recursos, gerir as pessoas de uma forma eficiente, insistir na inovação e gerir os riscos numa perspetiva de continuidade do negócio a médio e longo prazo e não no rendimento a curto prazo. A gestão de risco com base na criação de valor ocorre numa forma mais sustentável, ou seja, a identificação dos riscos é numa ótica de descobrir quais os que impactam negativamente a criação de valor e a sua avaliação é uma análise detalhada para determinar a probabilidade de ocorrência e impacto. Para uma gestão de risco eficiente é necessário mitigar os riscos de forma que a implementação de estratégias se traduza numa redução da probabilidade de ocorrência, e detetar as oportunidades de risco, ou seja, encontrar um risco onde a gestão de valor obtenha uma forma de o transformar em oportunidade de criação de valor. Por último, deve existir um monitoramento contínuo, basicamente a gestão de risco é imprescindível para a criação de valor. Segundo Pacheco (2021 pp. 22) “A criação de valor está interligada à capacidade de a empresa criar rentabilidade para os investidores, superior ao custo de financiamento da sua atividade”. Sendo que o custo engloba todas as possíveis perdas, incluído os riscos inerentes.

2.5 Medidas para avaliar a rentabilidade e eficiência

A rentabilidade é um dos fatores mais importantes da maioria das empresas e, segundo Fernandes (2022 pp.203) “consiste na capacidade das empresas para gerarem lucros, ou seja, na sua aptidão para obterem rendimentos superiores aos gastos” pois um dos seus principais objetivos é de atingir lucros e o setor bancário partilha do mesmo conceito (a única exceção é o grupo Crédito Agrícola que tendo por base o cooperativismo onde os lucros devem ser distribuídos ou reinvestidos na própria região).

O desempenho financeiro deste setor, pode ser influenciado por vários motivos: desde a taxa de juros, a aplicação dos ativos (sejam em empréstimos ou investimentos) e até a regulamentação do setor que pode aumentar os custos de estrutura (exigindo novos departamentos de controlo interno, análise de risco, auditoria ou *compliance*) ou dificultar o processo de comercialização dos produtos financeiros.

A rentabilidade bancária depende de vários fatores, seja da dimensão, ou até do tipo de operações que aceita. Existem várias formas de mensurar e avaliar a rentabilidade bancária, no entanto existem algumas lacunas em cada uma delas. Neste documento serão interpretados os indicadores mais utilizados em pesquisas e até por investidores, pois existe uma simplicidade no seu cálculo e os resultados são de fácil dedução e evidenciam a capacidade do negócio para atingir resultados pretendidos pelos investidores. Os indicadores são o ROA, ROE e o rácio de eficiência. Para conseguir extrair uma informação mais creditícia, será efetuada uma variação de modo a incluir o risco, chegando assim ao RAROA e RAROE.

O ROA segundo Abreu *et al.*, (2022 pp. 306) o rácio do retorno sobre os ativos (*return on assets*) “relaciona o lucro líquido bancário depois dos impostos com o total do ativo”. Com este rácio, podemos avaliar a forma da aplicação dos ativos para gerar o máximo de lucro possível. Este indicador é bastante importante pois apresenta um resultado de como as instituições financeiras gerem os ativos, ou seja, como aplicam da melhor forma, na sua maioria, os recursos dos clientes. Em Portugal, alguns autores como por exemplo, Fernandes (2022), atribuem a nomenclatura de Rendibilidade do Ativo (RAT), no entanto a maioria da literatura consultada atribui o nome ROA.

Este indicador apenas apresenta uma desvantagem, pois caso existam ativos fora do balanço que representem uma importante fonte de lucro não são incluídos no cálculo desta medida de desempenho. Segundo Borroni e Rossi (2019 pp. 32), este indicador detém uma grande importância pois é um dos indicadores mais utilizados nos vários estudos da rentabilidade bancária, “*In the financial world, ROA is widely used, thanks to the ease with which it is possible to interpret its results: it permits measurement of the return generated by a company’s assets;*” sendo que este estudo aborda alguns anos. No formulário facultado pelo BdP e alguns autores como por exemplo Mota (2019), calculam a rendibilidade do ativo com o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (EBITDA) em vez do lucro líquido de impostos. No entanto, seguindo a maioria dos estudos consultados no âmbito da rendibilidade bancária e segundo os autores Abreu *et al.*, (2022), será calculada com o lucro líquido de impostos. A sua forma de cálculo pode ser descrita pela função 2.2:

$$Roa = \frac{\text{Lucro líquido de impostos}}{\text{Ativo total}} \quad (2.2)$$

Este indicador apresenta como desvantagens, a forma de cálculo do ativo e os valores extrapatrimoniais. A primeira desvantagem tem por base o denominador da fração pois tendo por base o valor final do relatório de contas não retrata possíveis oscilações relevantes durante o período. Para minimizar essa lacuna alguns autores como por exemplo Fernandes (2022) calculam o ativo médio, desta forma a denominação deverá passar para *Return on Average Assets* (ROAA) como descreve Dietrich (2014) pois caso seja descrito como ROA, poderá originar uma inadequada comparação entre empresas. Esta variação da fórmula não foi utilizada neste trabalho pois não há dados, durante o ano, para analisar corretamente as oscilações significativas no ativo total. A segunda desvantagem relaciona-se com os ativos fora do balanço que representam uma importante fonte de lucro, pois o aumento dos ativos extrapatrimoniais reduz a confiança neste indicador. As contas extrapatrimoniais são um elemento muito importante das instituições financeiras pois contempla as garantias (por exemplo a hipoteca de um imóvel de um financiamento à habitação). O ROA normalmente é calculado por períodos anuais, com a definição dos valores finais no fecho de contas sendo enquadrado o ano civil.

O ROE, rácio do retorno dos capitais próprios tem por base a mesma analogia do ROA. Abreu *et al.*, (2022 pp.306) explica que “relaciona o lucro líquido de impostos com os capitais próprios do banco”. Este rácio, permite aferir a forma como o capital dos investidores está a ser aplicado, ou seja, “representa a remuneração que a atividade consegue gerar para os detentores do capital da empresa” (Teixeira *et al.*, (2022 pp.93). Assim, é um dos principais rácios a ter em consideração pelos investidores, detentores de capital.

Este indicador pode aparecer designado como rendibilidade dos capitais próprios (RCP), nomenclatura apenas utilizada por alguns autores como por exemplo Teixeira *et al.*, (2022), apesar de ser mais adotada a terminologia mundial ROE.

Segundo o formulário do BdP (2019) é o “Rácio que representa a rendibilidade extraída a partir dos capitais próprios da empresa.”. Segue em seguida a sua fórmula de cálculo (2.3).

$$Roe = \frac{\text{Lucro líquido de impostos}}{\text{Capitais próprios}} \quad (2.3)$$

O ROE tem algumas desvantagens principalmente na aferição do seu cálculo pois existem várias alternativas para extrair resultados distintos. A primeira está relacionada com o numerador da fórmula, pois alguns autores utilizam o EBITDA e outros o lucro líquido, levando assim a induzir os possíveis investidores em erro caso comparem duas instituições equivalentes. A segunda desvantagem, tal como o ROA, está igualmente relacionada com a forma de cálculo, no entanto neste indicador, influencia os capitais próprios. Em alguns estudos é utilizado o *Return on Average Equity* (ROAE) e descrito como ROE, sendo que o ROAE utiliza o património líquido ou capitais próprios médios. Esta variação da fórmula não foi utilizada neste trabalho pois não há dados, durante o ano, para analisar corretamente as oscilações significativas no capital próprio. A terceira desvantagem compromete diretamente o resultado, pois deriva das próprias informações facultadas pelas empresas, isto é, sendo o ROE um dos indicadores com mais expressão entre os investidores, existe todo o interesse para que as instituições atinjam o melhor resultado o que não leva à utilização das melhores políticas éticas. Segundo Borroni e Rossi (2019 pp.31) *“Since this index is so widespread and appreciated, this could push managers to choose more leveraged financial structures in order to increase the perception of profitability of their companies.”* Esta decisão causou uma das maiores crises bancárias em 2007. O ROE tal como o ROA é calculado maioritariamente no período anual, coincidindo com o ano civil, depois do fecho das contas.

O RAROA e RAROE são métricas que relacionam os indicadores descritos no ponto anterior com a adição de medidas de volatilidade aproximando os resultados à realidade, podendo aferir um valor mais aproximado da criação de valor da instituição financeira. A variação dos dois indicadores de suporte tem por base o desvio-padrão de um determinado período, assumindo assim, que caso o desvio seja maior o valor das variáveis será mais pequeno, e desta forma, será possível incluir os riscos inerentes à atividade recorrendo à oscilação que detiveram ao longo do tempo (Borroni e Rossi, 2019).

Estes indicadores poderão tornar-se num bom auxílio pois para além de ser possível uma uniformização de resultados, podem conseguir aferir valores futuros e desta forma, prever os dois indicadores de rentabilidade ajustados ao risco tendo por base a variância histórica.

Para o cálculo do RAROA evidenciado pela fórmula 2.4, será determinado o desvio padrão do ROA existente. Para atingir esse resultado, é necessário calcular a média dos valores de ROA depois é subtraído cada valor do ROA pela média e é elevado ao quadrado. O passo seguinte é fazer a média dos quadrados das diferenças e por último, determinar a sua raiz quadrada. Para o cálculo do RAROA deve ser dividido o ROA pelo desvio padrão ROA.

A determinação do RAROE (2.5) é calculada da mesma forma, mas com o indicador ROE.

$$RAROA = \frac{ROA}{\sigma ROA} \quad (2.4)$$

$$RAROE = \frac{ROE}{\sigma ROE} \quad (2.5)$$

Por último, para aferir a eficiência irá ser determinado o rácio de eficiência exigido pelo BdP através de uma Instrução nº6/2018, de modo a comparar os resultados obtidos da rentabilidade juntamente com a eficiência de cada instituição. A sua análise baseia-se na aproximação a zero, ou seja, quanto mais o valor se aproxima de zero mais eficiente é a instituição. Este indicador relaciona o produto bancário com os custos fixos de cada instituição, atribuindo a percentagem do produto bancário que está afeta aos custos de estrutura (gastos com o pessoal, outros gastos administrativos, depreciações e amortizações).

Esta ferramenta de gestão é um bom auxílio do gestor, pois é possível aferir o peso dos custos de estrutura face ao produto bancário realizado. Caso o valor se aproxime de 100% ou 1 (dependendo da escala) é um sinal de que os rendimentos relativos ao negócio bancário não são suficientes para satisfazer os custos de estrutura, logo todos os outros custos (por exemplo o custo do capital) não terão proveitos para os absorver. Segundo González (2015 pp.218) explica que “Quanto menor for o seu valor mais eficiente é o banco e, em geral, o rácio é inferior a 1. Caso contrário o resultado de exploração seria negativo e o banco registaria uma perda com o desenvolvimento da sua atividade corrente”.

Este indicador consegue, de uma forma minimalista, demonstrar a viabilidade do negócio, e neste trabalho detêm um nível de importância acrescido pois será calculado nas instituições selecionadas com o produto bancário total, e apenas com a margem financeira.

A fórmula de calculo está descrita no ponto 2.6:

$$R. EF = \frac{\text{Custos de funcionamento} + \text{depreciações e amortizações}}{\text{Produto bancário}} \quad (2.6)$$

Assim, o rácio de eficiência é igual à divisão dos custos de funcionamento que englobam os gastos de pessoal mais os gastos administrativos somados pelas depreciações e amortizações pelo total do produto bancário, ou seja, a soma da margem financeira e complementar. González (2015) retrata o numerador da equação como despesas de exploração.

3. MÉTODO E PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

O processo de investigação decorre por várias etapas, sendo que a primeira será a procura da amostra, seguido pela recolha de dados e enquadramento das variáveis e, por fim, o método da análise.

3.1 Amostra

A amostra baseia-se nos relatórios de contas dos últimos doze anos de instituições financeiras com uma presença muito significativa em Portugal, evidenciando uma amostra representativa tendo em conta a dimensão e o peso de cada uma delas. A sua seleção baseou-se num relatório exposto pela empresa Moody's (2021), em que apresenta uma subida de *rating* de seis instituições de crédito nacionais, e desta forma, poderemos resumir como os que melhores a comprovar a fase de recuperação. A amostra é apenas cinco das seis instituições bancárias pois uma delas, o Novo Banco S.A., não preenche o requisito de longevidade necessária para uma comparação direta, sendo o objetivo do estudo doze anos de exercícios concluídos e a instituição foi constituída em 2014 (BdP, 2021). As cinco instituições representam aproximadamente 69% do ativo total bancário em Portugal. (APB, 2023)

A escolha dos 12 anos prende-se pela tentativa de inclusão dos dados dos últimos relatórios de contas publicados, neste caso o ano de 2022, pois já se caracterizou por uma subida das taxas de juro, e assim apresenta uma perspetiva diferente dos anos anteriores. O início do estudo inclui o ano de 2011 pois Portugal estava ainda com dificuldades geradas pela crise de 2008 seguido da crise da dívida soberana. Desta forma, os dados são um pouco mais extensos, mas a informação é mais detalhada e exemplificativa dos testes realizados.

3.2 Recolha de dados

Os dados foram obtidos maioritariamente pelos relatórios de contas das diferentes instituições, disponíveis em cada um dos seus *websites*. No entanto, nos primeiros anos do estudo a dificuldade na recolha foi superior. Para conseguir os relatórios de contas dos primeiros anos foi necessário recorrer à base de dados do BdP, que através do *website* permite a consulta de todos os relatórios de contas das instituições supervisionadas (BdP,2022).

Os dados selecionados das instituições estudadas são apenas relativos ao negócio bancário, ou seja, só é extraída a informação do relatório de contas que tem por base a análise individual da instituição financeira e não do grupo empresarial em que esta se insere. A única instituição com algumas diferenças é o Crédito Agrícola, pois apesar da análise ser efetuada apenas ao negócio bancário, este agrega todas as caixas agrícolas inseridas no Sistema Integrado Crédito Agrícola Mútuo (SICAM). Ainda assim, foi mantida a mesma tipologia de análise não envolvendo outras empresas do grupo. Esta instituição tem uma particularidade, pois cada Caixa Agrícola detém uma estrutura equivalente às outras instituições, ou seja, é necessário colaboradores em todas as áreas como por exemplo: *compliance*, análise de risco, controlo interno etc, o que se traduz num aumento dos custos de estrutura.

A informação recolhida dos relatórios de contas baseou-se maioritariamente nas seguintes demonstrações financeiras: o balanço e a demonstração dos resultados, sendo elementos fundamentais para compreender e analisar a estrutura de cada instituição bem como, a disposição de investimentos ou financiamentos (González, 2015).

No balanço foram extraídas duas rubricas, a primeira é o ativo líquido, ou seja, os meios financeiros líquidos, as aplicações em bancos centrais, todo o crédito concedido, os investimentos e outros ativos subtraído das provisões, imparidades, depreciações e amortizações. A outra rubrica utilizada foi o total do capital próprio onde se insere o capital detido pelos sócios e acionistas, as reservas, os resultados transitados e o resultado líquido do exercício.

Na demonstração dos resultados foram utilizadas mais algumas rubricas: o lucro líquido de impostos, as comissões líquidas, a margem financeira, os gastos com o pessoal, os outros gastos administrativos, as depreciações e por fim o produto bancário.

Maioritariamente com os dados extraídos na demonstração dos resultados conseguimos calcular o rácio de eficiência e com os dados do balanço iremos apurar o ROA, ROE e as suas variações.

3.3 Método de análise

Tendo em conta o tipo de investigação quantitativa, a análise é iniciada pelos cálculos dos valores dos indicadores em estudo. Essa tarefa é auxiliada pelo Microsoft Excel onde foi elaborada uma tabela por instituição, aglomerando toda a informação necessária para calcular os indicadores. Desta forma, é possível obter os dados rapidamente sem calcular as métricas individualmente, assim foram criadas folhas para cada instituição em estudo e uma folha inicial

que junta todos os dados. O resultado dos cálculos será a base de toda a análise, para ser possível uma conclusão justificada.

O primeiro passo é a inserção de todos os valores no ficheiro, seguido do cálculo dos indicadores ROA E ROE, depois é necessário calcular o desvio-padrão de cada um destes para conseguir calcular o RAROA e o RAROE e por último, calculamos o rácio de eficiência.

Logo após os cálculos são efetuados gráficos por indicador, que sintetizam a informação relativa ao período em análise juntando todas as instituições. O passo seguinte é a elaboração de um resumo comparando a rentabilidade das instituições com os anos.

A forma de apresentação inicia-se com uma análise do indicador ROA seguido da comparação entre este indicador e o RAROA expondo as similaridades e as dissimilaridades. Depois, é apresentado o indicador ROE confrontando os resultados com o RAROE.

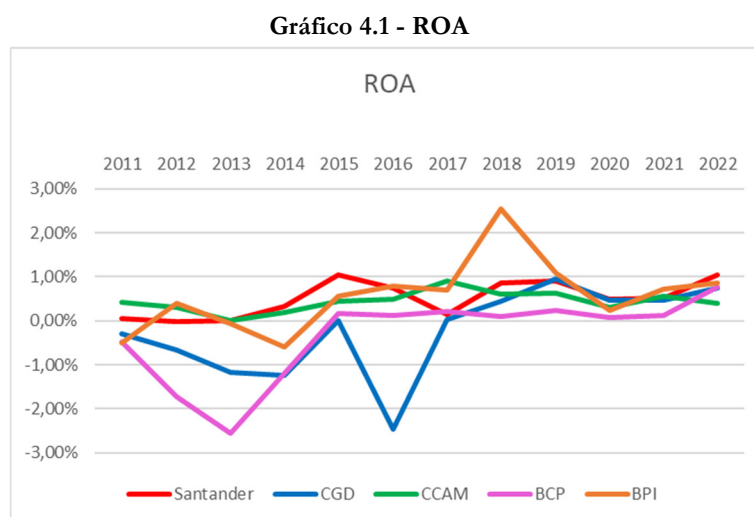
Após a apresentação dos resultados dos indicadores de rentabilidade, é comparado o resultado do rácio de eficiência evidenciando as instituições que apresentam melhores valores e aquelas que melhor se adaptaram para ultrapassar os resultados desfavoráveis.

Por fim, são analisados os mesmos indicadores sem contar com as comissões líquidas para salientar a sua necessidade ou a ausência dela e desta forma, enquadrar a amostra das instituições de crédito num panorama mais desfavorável.

4. ANÁLISE DE DADOS

4.1 Análise com comissões

O primeiro indicador a ser retratado no gráfico 4.1 é o ROA. Esta métrica permite associar o retorno ou a rentabilidade da instituição, em função do ativo. Ao analisar este indicador a sua variação é elucidada pelo total do ativo líquido e o lucro líquido de impostos.



Fonte: elaboração própria

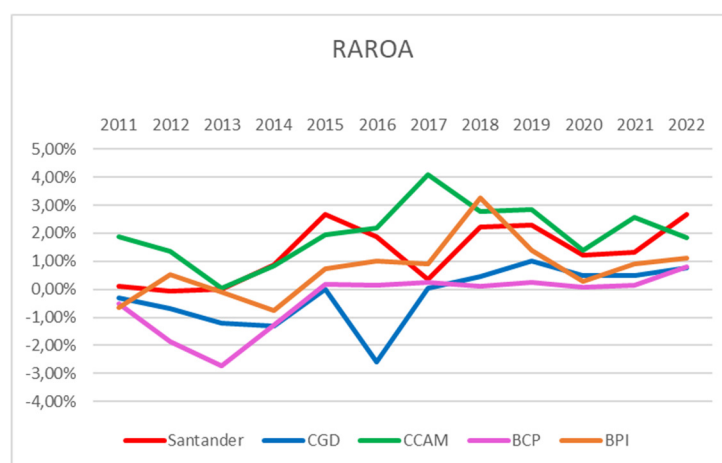
No gráfico 4.1 ao observar o período temporal da última década é possível constatar grandes oscilações na rentabilidade na maioria das instituições estudadas e as instituições bancárias com ROA negativo não conseguem gerar lucro com os seus ativos. Uma das instituições com mais anos com o ROA negativo, é a CGD e distingue-se no gráfico pois apresentou resultados líquidos negativos mesmo com as reduções no seu ativo, devido a constituição de imparidades, não conseguiu apresentar um bom resultado neste indicador. Com algumas variações temos o BPI e o BCP, enquanto a CCAM e o Santander mantêm um registo com alterações menos significativas.

No gráfico também podemos observar um valor fora do contexto das outras instituições, que é o caso do BPI em 2018. Este facto, deve-se a um plano de reestruturação que conduziu a uma redução de gastos principalmente nos gastos de pessoal. O plano teve origem em 2017 onde foi acordada a saída de 596 colaboradores o que só impactou nos resultados em 2018 (Indemnizações). As maiores oscilações, por instituição, dos valores do indicador ROA, são a

CGD (-2,47% a 1,08%) e o BPI (-0,50% e 2,55%). Os valores máximo e o mínimo não ultrapassam os 2,55% nem -2.55%.

É importante salientar o último ano que demonstra um sinal positivo em quatro das instituições em estudo, sinal da alteração das taxas de juro e o aumento da margem financeira. O Crédito Agrícola não acompanhou a mesma tendência e obteve um resultado líquido inferior ao de 2021, pois para além da constituição de imparidades que absorveram o aumento da margem financeira, em 2021 alienou títulos da carteira subindo o resultado e em 2022 não alienou.

Gráfico 4.2 - RAROA



Fonte: elaboração própria

No gráfico 4.2 que apresenta os resultados do RAROA, observa-se uma dispersão dos resultados maior, no entanto existe um aumento generalista dos valores explicado pelo desvio padrão, pois detém um valor muito reduzido. O valor do desvio-padrão é reduzido pois a oscilação do ROA não é muito significativa.

Uma volatilidade reduzida traduz-se geralmente na diminuição de risco, ou seja, para os acionistas nem sempre predomina o interesse por resultados avultados, mas sim numa estabilidade financeira.

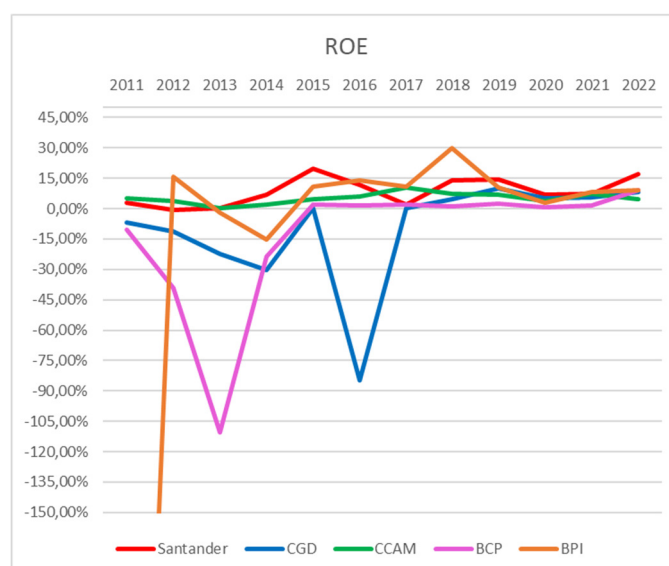
Como exemplo da baixa volatilidade temos o caso do Crédito Agrícola em que a volatilidade é próxima de zero logo o valor do RAROA aumentou. Um dos elementos que explica a baixa volatilidade é o conservadorismo da instituição que mantém resultados mais reduzidos e desta

forma atinge um valor superior podendo estar desenquadrado da realidade. Quando a volatilidade é nula, ou próxima de zero, este indicador perde a significância interpretativa traduzindo no aumento da medida ajustada ao risco.

No geral, existe uma similaridade visual entre o ROA e o RAROA, mas com um agravamento dos valores seja pelos valores negativos ou positivos.

O segundo indicador a ser retratado é o ROE. Desta forma, associamos o retorno em função do capital próprio. Ao analisar este indicador a sua variação é elucidada pelo total do capital próprio e o lucro líquido de impostos. Este indicador expressa a forma como os acionistas serão remunerados.

Gráfico 4.3 - ROE



Fonte: elaboração própria

Comparativamente ao indicador ROA, este sofre de oscilações maiores e atinge valores muito mais significativos conforme é apresentado no Gráfico 4.3. Como o numerador da fórmula é o resultado líquido, tal como o ROA, existirá alguma semelhança nos anos menos favoráveis.

No gráfico 4.3 o primeiro ponto a salientar é o ano de 2011 do banco BPI, pois a rentabilidade calculada não foi possível apresentar, situando-se nos -520%. Este efeito é explicado por duas

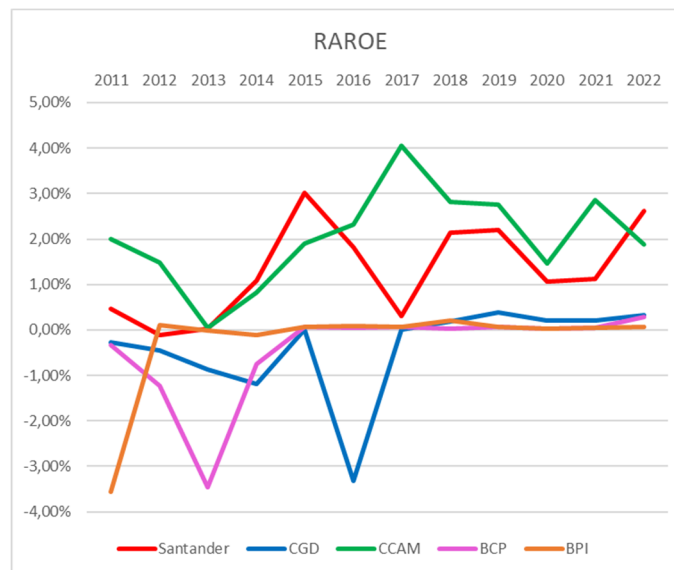
variáveis: o resultado negativo e sobretudo, pelo valor reduzido do capital próprio. Esta rubrica não se enquadra numa instituição financeira, pois é necessário minimizar o risco mantendo um nível de solvabilidade. Em 2012, o BPI aumentou o capital próprio 27 vezes face a 2011 e desta forma manteve-se mais robusto, preparando-se para o regulamento (EU) n.º 575/2013 de 26 de junho (Basileia III). Esta instituição é a que tem maior oscilação detendo a maior e pior rentabilidade.

Tal como no gráfico do indicador ROA, o BCP e a CGD detêm resultados líquidos em alguns anos muito inferiores às outras instituições em estudo, atingindo o BCP em 2013 um resultado líquido negativo superior ao valor do capital próprio.

O Santander e a CCAM têm rentabilidades mais homogêneas salientando-se apenas o Santander no ano de 2015 com um valor mais confortável.

Neste indicador, tal como o ROA, nota-se uma subida no último ano embora um pouco mais ligeira.

Gráfico 4.4 - RAROE



Fonte: elaboração própria

Como se pode observar no gráfico 4.4 o RAROE apresenta valores mais modestos que o ROE conseguindo corrigir os picos de rentabilidade. Este indicador, ao contrário do RAROA, está a

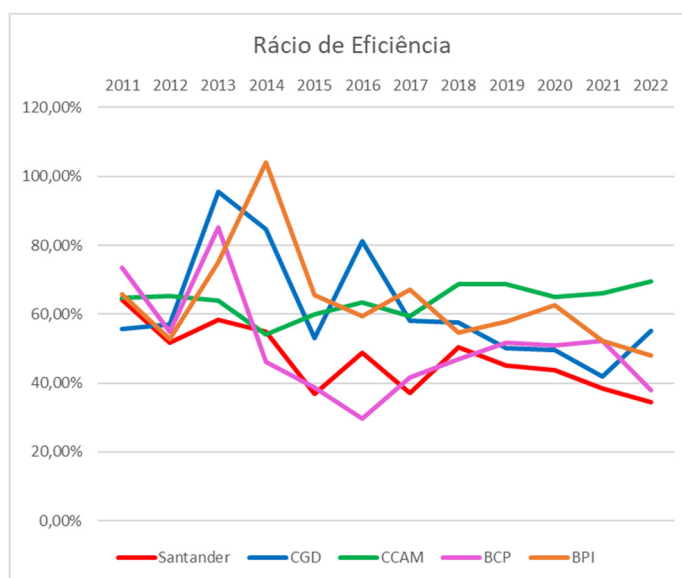
minimizar os valores pois tem um valor superior na volatilidade o que se traduz numa redução significativa criando até uma homogeneidade o que facilita a análise.

A rentabilidade com uma expressão mais significativa é o Santander e a CCAM, ainda assim com valores inferiores ao ROE. Estas duas instituições também detêm uma volatilidade inferior. Em relação aos piores resultados mantém-se a CGD, o BCP e o BPI, sendo que o BPI apenas apresenta uma rentabilidade pior no primeiro ano. Nos anos seguintes existe uma aproximação a zero.

Comparativamente ao RAROA, que se aproxima visualmente do ROA, o RAROE evidencia valores diferentes do ROE pois o desvio-padrão calculado é diferente e nesta situação corrige os valores discrepantes.

O terceiro indicador apresentado através do Gráfico 4.5 é o rácio de eficiência. Este é um excelente apoio para identificar a eficiência dos recursos face aos custos fixos da instituição. Este indicador consegue ser um bom exemplo dos aumentos do custo de estrutura demonstrando a melhor estratégia para ultrapassar as adversidades. Ao comparar as cinco instituições é perceptível a implementação de estratégias para melhorar este indicador.

Gráfico 4.5 - Rácio de eficiência



Fonte: elaboração própria

O gráfico 4.5 apresenta na generalidade uma acentuação dos valores acima de 50%, o que retrata que os rendimentos provenientes do produto bancário são consumidos em mais de metade pelos custos de estrutura. Este é um dos graves problemas que as instituições tendem a ter dificuldade de ultrapassar, os custos de estrutura colossais perante outras empresas.

Nos primeiros anos em estudo é possível verificar grandes oscilações na maioria das instituições, seja pela variação do produto bancário, seja pela redução dos gastos com pessoal. Nos últimos anos existiu uma tendência de harmonização.

A CCAM é a instituição com uma menor variação tendo na atualidade o pior valor, resultante da tipologia da instituição e ao contrário das outras instituições tem aumentado a quantidade de colaboradores, também tendo por base o cooperativismo será sempre uma instituição com um desempenho particular.

A CGD tem três anos com valores acima de 80% e é um dos piores resultados das instituições estudadas. Este resultado, originou numa reestruturação total iniciada em 2016 o que demonstra a redução dos custos de estrutura, que foram diminuídos aproximadamente em 40%. O produto bancário tem-se mantido com as comissões a ter um nível de significância superior. No último ano, o nível de eficiência diminuí pois apesar dos resultados aumentarem, os custos também aumentaram significativamente.

O BPI em 2014 atingiu um valor acima de 100%, e deve-se sobretudo à redução do produto bancário, que foi estabilizado nos anos seguintes. Existiu também ao longo do período estudado uma redução dos custos de estrutura principalmente nos gastos com pessoal.

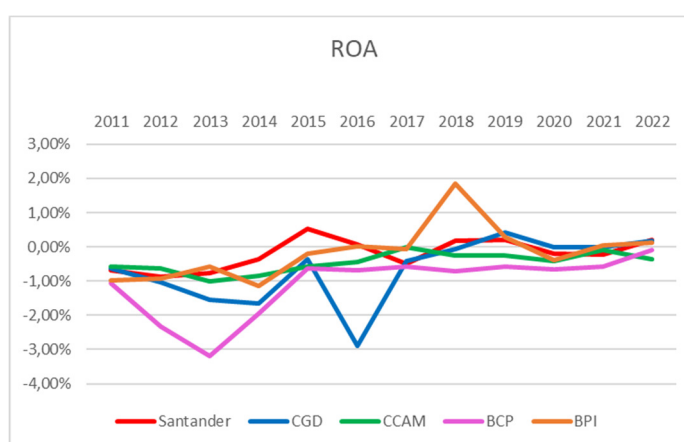
O BCP no ano de 2013 atingiu os 80%, no entanto consegue ser uma das instituições mais eficientes com o melhor resultado no ano de 2016 com apenas 30%.

O Santander manteve os melhores resultados na maioria dos anos equilibrando assim melhor os custos face ao produto bancário. Os custos de estrutura têm uma oscilação reduzida comparando as instituições estudadas, sendo que a estratégia utilizada neste caso foi a maximização do produto bancário existindo um aumento mais notável nas comissões.

4.2 Análise sem comissões

O indicador ROA ao subtrair as comissões líquidas ao resultado líquido do exercício apresenta um cenário devastador como é apresentado no gráfico 4.6. Na maioria dos anos em qualquer instituição o resultado é negativo, o que poderá colocar em causa a sustentabilidade do setor financeiro. Se este acontecimento perpetuasse durante um período muito extenso tornar-se-ia insustentável.

Gráfico 4.6 - ROA sem comissões



Fonte: elaboração própria

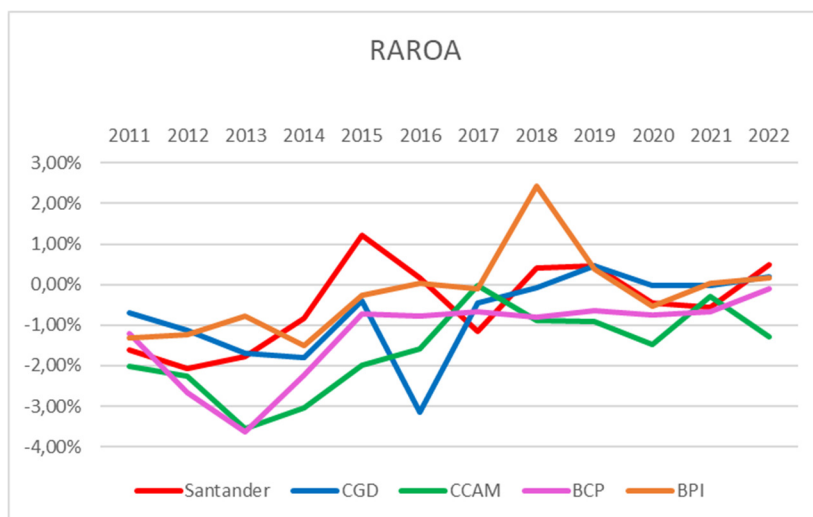
Analisando o gráfico 4.6 observa-se que a maioria das instituições permanece com um ROA negativo por um período superior a cinco anos o que coloca em causa a sua continuidade a nível financeiro, bem como a sua reputação (relacionado diretamente à credibilidade da instituição o que em situações extremas conduz à extração de recursos por parte dos clientes).

No geral, visualmente, apresenta uma similaridade com o ROA com comissões, apenas com valores mais deficitários, mantendo-se o BPI e o Santander com os melhores resultados.

É possível constatar que no ano de 2022 já existem três instituições com valores positivos, o sinal do aumento das taxas de juro, que torna o setor independente da rubrica das comissões.

O gráfico 4.7 demonstra o RAROA sem comissões. Este tem um comportamento diferente do RAROA com comissões, ainda assim acompanha ROA sem comissões nos resultados negativos, acentuando mais os valores e demonstrando a baixa volatilidade do indicador ROA.

Gráfico 4.7 - RAROA sem comissões

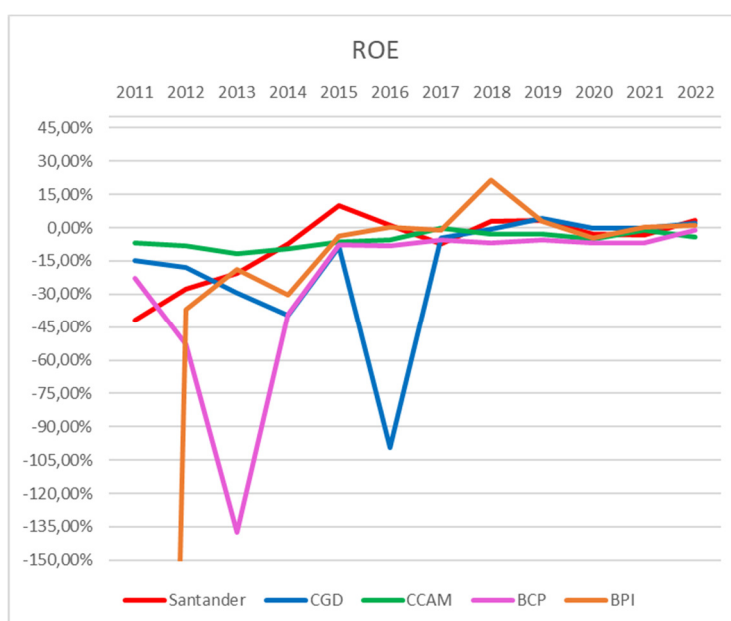


Fonte: elaboração própria

A instituição com alterações mais acentuadas é a CCAM, tal como já descrito anteriormente a volatilidade é bastante baixa, traduzindo-se no aumento da medida ajustada ao risco. Neste caso perde toda a significância pois apesar do ROA evidenciar um resultado negativo, a oscilação é baixa, logo, adicionado a medida de risco não é expectável que a instituição transforme os seus resultados de forma acentuada.

O indicador ROE sem comissões é apresentado no gráfico 4.8. Este indicador no ponto anterior, com comissões, já detém um comportamento deficitário, pois estes últimos anos foram difíceis no setor. No entanto, se for subtraída esta fonte de rendimento o panorama é crítico, necessitando algumas instituições de aumentos de capital, com resultados líquidos muito inferiores ao seu capital próprio.

Gráfico 4.8 - ROE sem comissões



Fonte: elaboração própria

No caso do BPI, no primeiro ano, foi impossível de apresentar visualmente o resultado atingindo os 1028% ou seja, o valor negativo do resultado líquido é 10 vezes superior ao valor do capital próprio, o que em qualquer empresa poderia definir o seu futuro.

O BCP apresenta em 2013 um resultado líquido negativo bastante superior ao seu capital próprio e no período retratado não apresenta resultado positivo em nenhum ano.

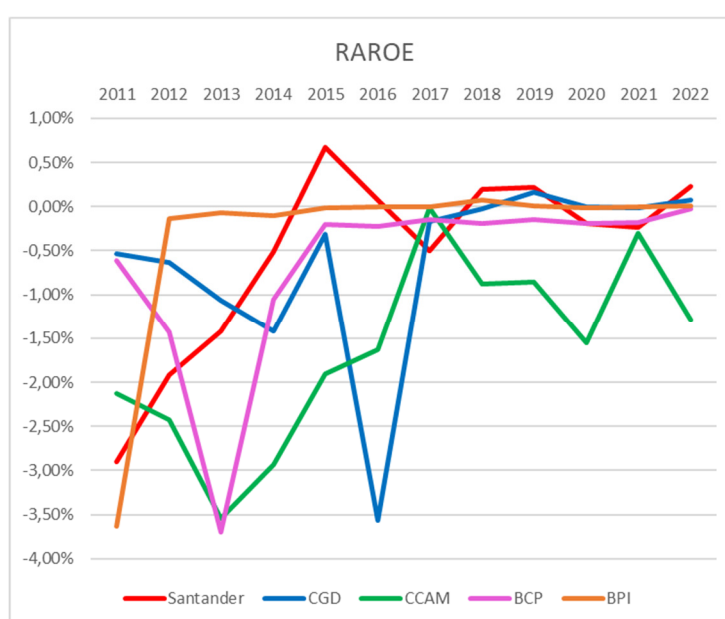
A CCAM com este panorama da subtração das comissões, apresenta resultados líquidos negativos em todos os anos tal como o BCP. Podemos observar também que é a instituição com menos oscilações.

O BPI, a CGD e o Santander atingiram resultados positivos, mais especificamente o Santander nos anos de 2015, 2016, 2018 e 2019 e o BPI nos anos de 2016, 2018, 2019 e 2021 sendo a instituição com o melhor e pior resultado. A CGD apenas atinge resultados positivos no ano de 2019 devido a outros rendimentos obtidos (propriedades de investimento, instrumentos de capital).

Tal como o ROA, no último ano observa-se uma independência face às comissões, apresentando três instituições com valores positivos.

O RAROE sem comissões, exposto no gráfico 4.9, tal como com comissões, tem um desempenho positivo pois a volatilidade é grande e permite uma condensação na escala dos resultados. Este indicador é uma mais-valia na adição do risco pois no caso dos valores positivos diminui bastante comparativamente ao ROE, isto deve-se sobretudo à diluição do risco pelos anos em estudo.

Gráfico 4.9 - RAROE sem comissões

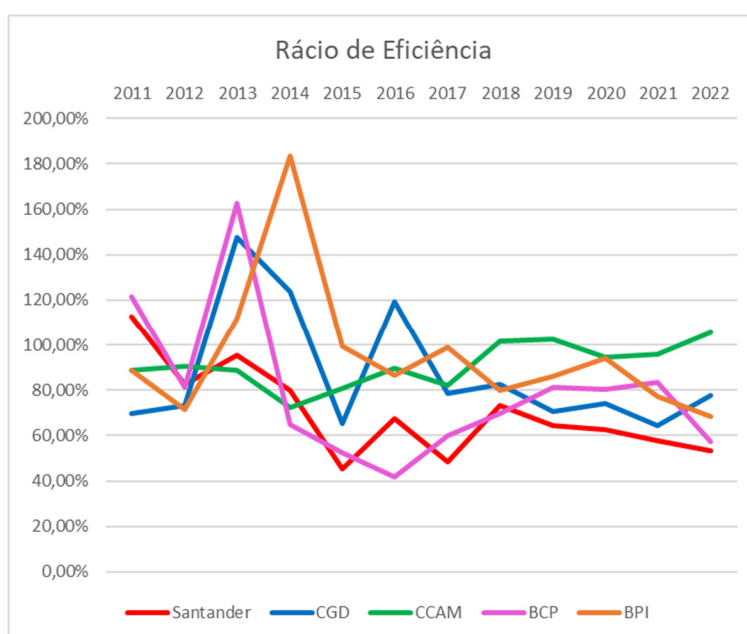


Fonte: elaboração própria

É perceptível um desempenho idêntico nas instituições com prestações já deficitárias tanto como nas instituições com valores positivos no ROE. O caso que apresenta um desempenho muito diferente é a CCAM, pois no ROE comparativamente às outras instituições, é a instituição com menos oscilações. Neste indicador, esta instituição apresenta grandes oscilações, mas ainda assim com valores muito mais reduzidos que o ROE, por exemplo em 2013 o valor do ROE é -11,76% e o RAROE -3,42%. Se o eixo vertical do gráfico do ROE fosse reduzido para o intervalo de 1% a -14% o resultado visual seria aproximado.

Por último, de modo a concluir a fase de análise é apresentado o rácio de eficiência sem as comissões no gráfico 4.10. Tal como os outros indicadores sem comissões, o panorama não se altera e em algum ano estudado as instituições atingem os 100%. Comparando com o rácio de eficiência com comissões que maioritariamente oscila entre os 40% e os 80% este tem predominância entre os 60% e 100%, o que revela um estado crítico em que os custos de estrutura absorvem a maioria do produto bancário. Nos últimos anos é notória uma pequena melhoria na eficiência, pois as instituições no geral, tentam reduzir os custos de estrutura e ao mesmo tempo aumentar o produto bancário aumentando o crédito a clientes.

Gráfico 4.10 - Rácio de eficiência sem comissões



Fonte: elaboração própria

Analisando as instituições de uma forma individual é possível observar o BPI que atinge em 2014 o pior resultado tal como no rácio de eficiência com comissões seguido pelo BCP. Os melhores resultados são apresentados pelo BCP e o Santander. O Santander é a instituição que consegue manter os melhores valores ao longo do período estudado, ainda assim longe de se tornar um bom resultado.

A CGD tal como no indicador com comissões, apresenta um dos piores resultados, pois no geral os custos aumentaram e no caso específico dos gastos de pessoal duplicaram, o que inviabiliza um bom resultado.

A CCAM apesar de não ter muitas oscilações acaba com o pior resultado, tornando-se na instituição menos eficiente no último ano, tal como o rácio de eficiência com comissões, o que se traduz numa estrutura grande com uma necessidade de obter um valor superior no produto bancário para absorver todos os custos, de modo a ser equivalente às outras instituições.

4.3 Análise das hipóteses

H1 - É notável a dependência geral que existe da margem complementar e neste caso específico as comissões. O negócio principal das instituições financeiras é, de um modo geral, comercializar dinheiro visto que essa margem foi reduzida a valores próximos de zero. As instituições para sobreviver e até para manter o setor financeiro de forma estável adaptaram-se à situação cobrando as prestações de serviços. Esta evolução do negócio pode ter uma dupla interpretação, no caso do cliente aforrador pode ficar indignado pelos custos suportados (manutenção de conta; levantamento de numerário), mas se a perspetiva alterar e for demonstrado que a comissão detém um papel importantíssimo na sustentabilidade do setor e que sem esta adaptabilidade poderia estar em risco o seu património, provavelmente a sua opinião seria diferente.

H2 - O indicador RAROA como associa a medida do risco é uma mais-valia para conseguir estudar um período específico, como este caso, ou para a previsão de dados futuros, no entanto existe um fator que pode distorcer o objetivo deste indicador, a volatilidade. No estudo em apreço, em que a volatilidade é baixa, os resultados tornam-se incoerentes, e tendem a ter valores opostos aos previsíveis. Sendo o desvio padrão a medida estatística que permite o cálculo da dispersão dos dados existe uma lacuna, pois se a volatilidade se aproximar de zero a medida tende para infinito, o que provoca uma dedução incorreta dos dados. No caso exposto é possível verificar que a aplicação ocorreu de uma forma menos eficaz impossibilitando uma leitura dos dados de forma assertiva. É expectável que adicionando uma medida de ajuste ao risco os valores do retorno do ativo ajustados apresentem resultados inferiores aos valores do retorno do ativo podendo não ser efetuada a melhor interpretação eliminando a principal utilidade desta evolução do ROA.

H3 – O indicador RAROE tal como o RAROA torna-se numa boa ferramenta para estudar rentabilidades de uma forma mais precisa, associando o risco, seja sobre alguns períodos ou para tentar prever resultados futuros. Neste caso, ao contrário do indicador RAROA, o resultado é bastante diferente. Como evidenciado neste documento estas métricas funcionam muito bem com volatilidades mais elevadas, conseguindo condensar os resultados para uma melhor leitura e até eliminar os *outliers*. Como a volatilidade apresenta um valor maior, este indicador evidencia resultados que auxiliariam os gestores ou investidores para uma visão mais realista do período e das instituições em estudo.

H4 – O rácio de eficiência consegue comparar as instituições de uma forma diferente dos outros indicadores, pois tem por base não só a rentabilidade, como os custos. Esta métrica foi uma boa forma de apresentar a evolução que a maioria das instituições adotou para se tornar mais eficiente. A visão proporcionada demonstra que instituições com lucros mais reduzidos podem ter uma melhor prestação, por exemplo reorganizando a estrutura reduzindo os gastos de pessoal e os custos administrativos.

Este indicador também conseguiu demonstrar a importância das comissões pois a apresentação do indicador sem comissões é um cenário devastador com o total dos gastos (pessoal, administrativos, depreciações e amortizações) a atingirem o dobro do produto bancário, o que mais uma vez descreve a importância desta rubrica na continuidade do setor financeiro estável.

5. CONCLUSÕES

5.1 Principais conclusões da investigação

Como resultado, foi possível demonstrar o peso das comissões nas instituições bancárias e quanto dependem da margem complementar para a sobrevivência do negócio. O impacto maioritário será na mudança de paradigma, pois as comissões são caracterizadas pelo senso comum como o “lado mau” da banca, mas não foi possível um sistema financeiro estável sem esta rubrica. É possível afirmar, depois dos dados apresentados, que caso só existisse a margem financeira seria impossível manter durante muitos anos as instituições financeiras com prejuízos. Nos últimos anos o setor experienciou muitas dificuldades, com algumas instituições a cederem, se a rentabilidade dependesse apenas da margem financeira provavelmente iriam ser arruinadas mais instituições o que colocaria em causa o sistema financeiro.

Os indicadores selecionados evidenciaram fortemente a conclusão da extrema necessidade da margem complementar, pois apresentaram resultados muito deficitários na análise sem comissões. O setor no geral passou estes últimos doze anos a resistir às dificuldades, tal como é demonstrado nos dois indicadores de rentabilidade ROA E ROE. Com o ajuste ao risco a métrica ROE, que apresentou resultados fidedignos, tornou-se ainda mais evidente o período de recuperação com três instituições com valores negativos ou muito próximos de zero.

As métricas ajustadas ao risco estudadas neste trabalho podem ser um bom auxílio aos gestores ou investidores pois conseguem homogeneizar os valores nos intervalos em estudo, tendo em conta volatilidades elevadas. Se não cumprirem este requisito os valores não podem ser considerados, ou seja, o resultado pode até distorcer a realidade, como por exemplo o ROA ajustado ao risco apresenta valores superiores ao ROA normal.

Como síntese, é possível atribuir ao setor um bom exemplo de estratégia, pois apesar da opinião pública contestar, é possível afirmar que as comissões foram uma das rubricas mais relevantes na sustentabilidade do setor. As comissões trouxeram resultados mais favoráveis e com isso uma estabilização do setor. Outro ponto a salientar, é a gestão dos custos de estrutura que tendencialmente apresentam uma evolução muito favorável, tornando o setor mais eficiente, procurando manter a longo prazo as rentabilidades positivas.

O setor financeiro é um dos setores mais expostos ao risco, com inúmeros tipos de risco a influenciar as decisões de gestão, mas ao longo do tempo, tem apresentado boas respostas às

adversidades evoluindo e criando mecanismos de defesa seja por iniciativa própria ou por instruções dos supervisores. Neste estudo, foi possível entender um pouco as estratégias utilizadas e os resultados que as instituições financeiras conseguiram atingir com o auxílio de outra fonte de rendimento.

A dúvida que permanece é em relação ao presente e futuro, pois com a subida das taxas o setor financeiro vai beneficiar de margens superiores o que, seguindo a tendência inversa do período analisado, irá gerar uma margem financeira maior e com isso o produto bancário. Será que a rubrica comissões irá reduzir-se? No último ano de estudo já está presente uma melhoria na alteração da margem financeira, pois as taxas de referência começaram a tornar-se positivas em abril de 2022 e atingiram 3% no final do ano. No entanto a margem complementar continua a manter o padrão de crescimento observado nos últimos anos. Será que as instituições financeiras vão manter esta fonte de rendimento da mesma forma? A Lei 24/2023 irá minimizar esta rubrica? A preocupação da criação de valor poderá a longo prazo tornar-se na destruição de valor?

O setor bancário continuará o seu percurso, detendo muita importância nas famílias e empresas, contribuindo para a estabilidade da economia. Desta forma é indispensável que as instituições financeiras mantenham um desempenho positivo na criação de valor.

5.2 Limitações da Investigação

As limitações do trabalho desenvolvido envolvem a quantidade de instituições, os dados recolhidos e as métricas estudadas. O primeiro fator relevante é a limitação da amostra, pois as instituições selecionadas, apesar de abrangerem mais de metade do ativo bancário de Portugal, não são a totalidade, podendo existir uma conclusão diferente com outras instituições. O segundo, refere-se aos dados recolhidos pois por vezes não foi possível uma descrição completa das rubricas, podendo existir alguma divergência não controlável na comparação de instituições. O terceiro fator está relacionado com as métricas estudadas, pois detêm limitações de atuação, e limitações de utilização conforme demonstrado no estudo. Estes indicadores devido às limitações evidenciadas podem distorcer resultados ou até dificultar as análises.

5.3 Sugestões para investigações futuras

Para futuro trabalho, sugere-se um estudo aprofundado com os novos serviços proporcionados pela banca digital que diminuem os custos da banca tradicional e outra sugestão, passará pelo estudo da introdução das novas tendências financeiras, cripto moedas, e o seu enquadramento como futuro da banca enquanto entidade prestadora de serviços.

Dentro deste tema, será interessante este estudo nos próximos anos acompanhar a relação das comissões com a evolução das taxas de juro de referência (EURIBOR).

Outro possível elemento de estudo será a aplicação do RAROE e RAROA para aferir valores futuros, em que possam ser incluídos nos planos de atividade dos anos seguintes das instituições financeiras.

Referências Bibliográficas

- Abreu, M., Afonso, A., Escária, V. & Ferreira, C. (2022). *Economia Monetária e Financeira* (4.ed.). Lisboa: Escolar Editora.
- Antunes, R. (2021, 05 de novembro). Principais bancos passam de perdas a lucros de mais de mil milhões de euros até setembro. *Jornal de Negócios/Lusa*. Disponível em (<https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/banca---financas/detalhe/principais-bancos-passam-de-perdas-a-lucros-de-mais-de-mil-milhoes-de-euros-ate-setembro>) [acesso em: 17/07/2022]
- Associação Portuguesa de Bancos. *Overview do sector bancário português dezembro de 2020*. Disponível em https://www.apb.pt/content/files/OverviewdoSectorBancarioPortugues_PT_Dezembro2020.pdf [acesso em: 05/08/2022]
- Associação Portuguesa de Bancos. *Overview do sector bancário português dezembro de 2022*. Disponível em https://www.apb.pt/content/files/Overview_do_Sector_Bancario_Portugues_PT_Dezembro-2022_080823.pdf [acesso em: 30/08/2023]
- Associação Portuguesa de Bancos, Estatísticas [web site]. Disponível em (https://www.apb.pt/publicacoes_e_pareceres/publicacoes/estatisticas/) [acesso em: 05/08/2022]
- Banco de Portugal. Comparador de comissões [web site]. Disponível em <https://clientebancario.bportugal.pt/pt-pt/aplicacao/comparador-de-comissoes> [acesso em: 17/07/2022]
- Banco de Portugal, (2021). Novo Banco, S.A. [web site]. Disponível em <https://www.bportugal.pt/entidadeautorizada/novo-banco-sa> [acesso em: 13/11/2022]
- Banco de Portugal, (2019). Estudos da central de balanços 36. Disponível em: [Estudo da Central de Balanços - Estudo 36 - Quadros do setor e quadros da empresa e do setor | Banco de Portugal \(bportugal.pt\)](#) [acesso em: 04/10/2022]
- Banco de Portugal, (2022). Contas oficiais Entidades Supervisionadas [web site]. Disponível em [Contas Oficiais Entidades Supervisionadas | Banco de Portugal \(bportugal.pt\)](#) [acesso em: 13/11/2022]
- Bessis, J. (2015). *Risk Management in Banking* (4ª ed.) West Sussex: John Wiley & Sons Ltd

- Bouzgarrou, H., Jouida, S., & Louhichi, W. (2018). *Bank profitability during and before the financial crisis: Domestic versus foreign banks. Research in International Business and Finance*, 44, 26-39.
- Borroni, M., Rossi S. (2019). *Banking in Europe* Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan
- Breia, A., Mata, M., & Pereira, V (2014). *Análise económica e financeira*. Lisboa: Rei dos Livros
- Caiado, A. (2019). *Bancos Normativos, contabilidade e gestão* (2.ed.) Lisboa: Edições Sílabo
- Choudhry, M. (2018). *An Introduction to Banking* (2.ed.) West Sussex: John Wiley & Sons Ltd
- Dietrich, A., Wanzenried, G (2014). *The determinants of commercial banking profitability in low-, middle-, and high-income countries: Quarterly Review of Economics and Finance*, 54(3), 337-354.
- Dietrich, A. E Wanzenried, G. (2011). “*Determinants of bank profitability before and during the crisis: Evidence from Switzerland*”, *Journal of International Financial Markets, Institutions & Money*”, 21(3), 307-327
- Euribor Rates*, (2023). *Euribor Rates* [web site]. Disponível em <https://www.euribor-rates.eu/en/euribor-charts/> [acesso em: 10/06/2023]
- Farinha, J. (2021). *Economic Profit e Gestão Baseada no Valor*, Lisboa: Edições Almedina
- Fernandes, C., Peginho, C., Vieira, E. & Neiva, J. (2022). *Análise Financeira – Teoria e Prática* (6ª.ed.) Lisboa: Edições Sílabo
- Ferreira, D. (2017). *Fusões, Aquisições, Cisões e outras Reestruturações de Empresas – Criação de Valor, Sinergias e Sucessos – Abordagem Estratégica e Organizacional – I Volume*, Lisboa: Letras e Conceitos
- Financial Stability Board*, (2017). *Financial Stability Implications from FinTech*. Disponível em [Financial Stability Implications from FinTech: Supervisory and Regulatory Issues that Merit Authorities' Attention \(fsb.org\)](https://www.fsb.org/2017/04/financial-stability-implications-from-fintech-supervisory-and-regulatory-issues-that-merit-authorities-attention/) [acesso em: 15/01/2023]
- Garcia, M. T. M., & Guerreiro, J. P. S. M. (2016). *Internal and external determinants of banks' profitability: The Portuguese case. Journal of Economic Studies*, 43(1), 90– 107
- González, A., & Pascual, J. (2015). *Economia e Gestão Bancária*, Lisboa: Universidade Católica Editora
- Horobet, A. Radulescu, M, Belascu, L. & Dita, S. (2021). *Determinants of Bank Profitability in CEE Countries: Evidence from GMM Panel Data Estimates: Journal of Risk and Financial Management*, 14 (7), 307-330.

- King, B. (2019). *Bank 4.0 Banking Everywhere, Never at a Bank*, West Sussex: Jonh Wiley & Sons Ltd
- Lopes, I., (2020). *Controlo de Gestão: Uma Visão Integrada do Desempenho Empresarial*, Lisboa: Conjuntura actual editora grupo Almedina
- Macedo, J., Cassola, N. & Lopes, S. (2020). *Por onde vai a Banca em Portugal?* Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Mazzucato, M. (2019). *O valor de tudo – Fazer e tirar na economia global*, Lisboa: Temas e debates – Círculo de Leitores
- Moody's, (2021). *Takes rating actions on six Portuguese banks*. Disponível em https://www.moodys.com/research/Moodys-takes-rating-actions-on-six-Portuguese-banks--PR_454388 [acesso em: 01/06/2022]
- Mota, C., Silva, E., Silva, B., (2019). *Determinantes da Rentabilidade Bancária: Evidências para os maiores bancos portugueses* European Journal of Applied Business Management, 5(2), 78-96
- Nicoletti, B. (2021). *Banking 5.0 How to Fintech Will Change Traditional Banks in “New Normal Post Pandemic*, Rome: Palgrave Studies
- Pacheco, L., Lobão, J., Madaleno, M., Soares, V., Tavares, F. (2021). *Avaliação de Empresas*, Lisboa: Edições Sílabo
- Petria, N., Capraru, B., & Ihnatov, I. (2015). *Determinants of banks’ profitability: evidence from EU 27 banking systems*. Procedia Economics and Finance, 20, 518-524.
- Pinho, C., Valente, R., Madaleno, M., Vieira, E. (2019). *Risco Financeiro – Medida e Gestão* (2ª ed.), Lisboa: Edições Silabo.
- Restoy, F. (2021). *Fintech regulation: how to achieve a level playing field*, Bank for International Settlements. Occasional Paper No 17
- Ribeiro, N. & Tavares, I. (2021) *Uma reavaliação da eficiência e produtividade dos bancos portugueses*. Banco de Portugal
- Rodrigues, J. (2012). *Gestão Estratégica das Instituições Financeiras*, Lisboa: Escolar Editora
- Saita, F. (2007). *Value at Risk And Bank Capital Management, Risk Adjusted Performances, Capital Management and Capital Allocation Decision Making*, Oxford: ELSEVIER
- Silva, B. C. (2017). *Determinantes Da Rendibilidade Bancária No Setor Bancário Português* (Dissertação de mestrado), Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto. Portugal. Disponível em <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/11173?mode=full> [acesso em: 02/06/2022]

Silva, E. (2014). *O cálculo do risco em projetos de investimento (método probabilístico)*, Porto: Vida económica

Teixeira, N., Ribeiro, S., Santos, M., Pardal, P. (2022). *O valor e a Sustentabilidade Financeira – Informação para a Gestão*, (2ª Edição). Lisboa: Edições Sílabo

Teixeira, S. (2020). *Gestão Estratégica*, (2ª Edição). Lisboa: Escolar Editora